


ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis.

SABER



O processo de avaliação de empresas e de ativos intangíveis pelas demonstrações contábeis

Boas práticas de ensino

Faculdade de Americana: vivência
prática aliada à teoria

Especializando-se

Aplicabilidade de Custo Meta: um
estudo em uma pequena indústria
de refrigerantes

Perfil

Ana Maria Elorrieta



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mala Direta
Básica

9912303460/2014 DR/BSB
CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE



SEMINÁRIO REGIONAL INTERAMERICANO DE CONTABILIDADE



Formação Global:

Novas perspectivas da Profissão Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade e a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) e o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), realizarão o Seminário Regional Interamericano de Contabilidade, nos dias 12 e 13 de março de 2015, no Hotel Jatiúca, em Maceió – Alagoas - Brasil.

O evento tem como propósito estimular a discussão e a reflexão sobre temas atuais, proporcionando aos profissionais da área, bem como aos estudantes, uma gama de oportunidades para aprimoramento.

A programação será composta de palestras e painéis, com um temário rico, que tratará de tendências e desafios relacionados à Contabilidade.

Mais informações no site:

aic.cfc.org.br

Faça já a sua inscrição!

Maceió - AL
Venha conhecer!

Editorial

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 10 – NOVEMBRO/DEZEMBRO
2014/JANEIRO 2015 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(ABRACICON)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453 | abracicon@cf.org.br |
abraciconsaber@cf.org.br

DIRETORIA DA ABRACICON

Gestão 2014 a 2017

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

CONSELHO FISCAL

Gestão 2014 a 2017

Membros Efetivos

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Doutora Gardênia Maria Braga de
Carvalho

Conselho Editorial

Doutor José Antonio de França

Acadêmica Doutora Roberta Carvalho de
Alencar

Acadêmico Doutor Acadêmico Vicente
Pacheco

Acadêmico Walter Roosevelt Coutinho

Acadêmico José Eustáquio Geovannini

Colaboradores

Paulo Fernando Torres Veras

Adriana Guimarães

Sílvia Neves

Célia Schwindt

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica: Gráfica Qualytá

Tiragem: 6.000 exemplares

Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de
exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 10

No mês de dezembro, o Sistema CFC/CRCs comemorou a milésima Sessão Plenária do Conselho Federal de Contabilidade. Na ocasião, presidentes dos Conselhos Regionais, conselheiros, ex-presidentes, representantes do governo ressaltaram a importância das plenárias realizadas ao longo desses anos. A primeira reunião plenária do CFC, marco na história da contabilidade brasileira, foi realizada em 21 de agosto de 1946.

Vivenciando esse mesmo clima festivo, um punhado de idealistas, irmanados na Academia Brasileira de Ciências Contábeis – resguardadas as proporções –, comemora a expressiva marca de dez edições da sua Revista ABRACICON Saber.

Trata-se de um feito e tanto! Essa iniciativa, no seu nascedouro, era tida como temerária, porque não se sabia se teria o aporte de matérias para a manutenção regular de uma publicação, que se pretendia de excelente nível. Com não poucas dificuldades, porém contando com a boa vontade e a dedicação de muitos – a exemplo da Acadêmica Gardênia Maria Braga de Carvalho – vencemos a marca das dez primeiras Edições.

Nesta Edição o leitor encontrará importantes e atualíssimos temas para leitura e estudo; a começar pelo Artigo Prime, de autoria do Doutor José Elias Feres de Almeida, intitulado “O processo de Avaliação de Empresas e de Ativos Intangíveis pelas Demonstrações Contábeis”. Destaca-se também a matéria escrita com exclusividade pelo Doutor Eduardo Zanoteli - “Desafios para o reconhecimento dos Intangíveis na Contabilidade”. Essas abordagens alinham temas que tiveram grande destaque nas Demonstrações Contábeis, passando a ser amplamente debatidos, dentro e fora do mundo acadêmico.



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da ABRACICON

Encerrando o ano com chave de ouro, o Quintas do Saber, vitoriosa iniciativa da ABRACICON, também em sua décima edição, contou com as ilustres presenças do Dr. Amaro Gomes, do IASB e da Dra. Maria Elorrieta, do board do IFAC, num animado Painel conduzido pela Conselheira Verônica Souto Maior; seguido de uma honrosa palestra do Ministro da Fazenda Guido Mantega, sobre os desafios da economia brasileira.

Dentre os seus objetivos, o ‘Quintas’ vem atraindo interlocutores das Instituições Republicanas para o meio contábil, pondo os Profissionais da Contabilidade como protagonistas das elevadas discussões de interesse Nacional. Dentre outras autoridades, tivemos o privilégio de interagir, recentemente, com o Ministro José Henrique Paim, da Educação, quando foi discutida a criação de estímulos para cursos de mestrado em Ciências Contábeis nos Pais; com o Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União Jorge Hage Sobrinho; além de Ministros da Suprema Corte e do Superior Tribunal Eleitoral.

Aos nossos caríssimos leitores, no ensejo do clima de festividades cristãs, nossos melhores votos de felicidade plena em 2015. E que Deus ilumine a nossa ABRACICON e o Sistema CFC/CRCs na disposição de continuarem lutando pela consecução dos seus nobres propósitos.

Matéria de Capa

24

O processo de avaliação de empresas e de ativos intangíveis pelas demonstrações contábeis



Regionais



05 | ACCRGS e UPF realizaram Aula Magna em homenagem ao Dia do Contador



Academia

09 | CFC e MEC estreitam relações institucionais em mais uma edição do Quintas do Saber

Quintas do Saber



11 | Quintas do Saber: últimas edições do projeto encerram ciclo de atividades de 2014 com saldo positivo

Jovem Profissional



14 | O Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC conseguiu atingir os seus objetivos?



Boas Práticas de Ensino

20 | Faculdade de Americana: vivência prática aliada à teoria

Perfil



40 | Ana Maria Elorrieta

Exclusiva Abracicon

29

Desafios para o reconhecimento dos intangíveis na contabilidade



Indicações



42 | Livros

ACCRGS e UPF realizaram Aula Magna em homenagem ao Dia do Contador



Aula Magna: Professor Dr. Ernani Ott, com Acadêmicos da ACCRGS e Professores do Curso de Ciências Contábeis – Universidade de Passo Fundo.

Em homenagem ao Dia do Contador, a Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul (ACCRGS) e o curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo (UPF) realizaram no dia 6 de outubro, em parceria, uma Aula Magna com o tema:

“A trajetória do ensino e da pesquisa em contabilidade”. O palestrante foi o professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; pesquisador; presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade e membro da ABRACICON, Ernani Ott, que

além de brindar os alunos e professores da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (FEAC), propiciou aos acadêmicos da ACCRGS e a todos os presentes, momentos de debates e aprendizado, sobre a trajetória da Ciência Contábil.

Também no Rio Grande do Sul, contadora é empossada na ACCRGS



Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues – Posse na ACCRGS

Durante a realização do Seminário de Assuntos Contábeis do Planalto Médio, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) e pelo Sindicato dos Técnicos em Contabilidade e Contadores de Passo Fundo, ocorreu a Sessão Solene de investidura e posse de mais um membro efetivo da Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul – ACCRGS.

Com a presença da diretoria e de demais membros da entidade, tomou posse a

Acadêmica, contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues, ocupando a cadeira número 17, que homenageia o reconhecido profissional da área contábil, contador Henrique Desjardins.

Fazendo uso da palavra, a Professora Ana Tércia Lopes Rodrigues manifestou sua satisfação em fazer parte do quadro da ACCRGS, expressando a sua alegria e lembrando que atuará de forma intensa, na difusão e perseguição dos objetivos da academia, honrando o nome de seu patrono.

Destacou a escolha do homenageado, pelo exemplo de profissional e defensor da Ciência Contábil, e pelos ensinamentos e envolvimento com as entidades da classe, bem como a paixão e o amor com que sempre se dedicou à profissão.

A sessão foi prestigiada pelo presidente do CRCRS, contador Antônio Carlos Palácios; pelo contador Eloi Dalla Vecchia, presidente da ACCRGS; pelos demais acadêmicos e por um grande público que participou ativamente do evento.

Acadêmico da ACCPR tem candidatura homologada na ABRACICON

A Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) gostaria de externar a sua satisfação em ter sido contemplada com a oportunidade de ter a participação de mais um de seus acadêmicos, compondo futuramente o quadro da ABRACICON, que homologou a candidatura do acadêmico Moacir Carlos Baggio, fundador e ex-presidente da Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR).

A indicação da candidatura do acadêmico foi realizada pelos acadêmicos, Edilton José da Rocha e Vicente Pacheco, que marcaram presença na assembleia da ABRACICON, realizada no dia 5 de dezembro de 2014.



APCSP promove Assembleia Geral Ordinária



No dia 26 de novembro de 2014, a Academia Paulista de Contabilidade de São Paulo (APCSP) realizou a sua Assembleia Geral Ordinária. Dentre os assuntos, a eleição de Diretoria, Conselho Consultivo e Câmara de Contas para o triênio 2015/2017 e a aprovação de novos acadêmicos.

Foram aprovadas as indicações para ingresso dos contadores José Carlos Marion, Angela Zechinelli Alonso e João Miguel da Silva, para compor o corpo de acadêmicos da entidade.

Durante a realização da sessão administrativa, foi eleita por unanimidade a seguinte chapa: Irineu De Mula (Presidente); Domingos Orestes Chiomento (Vice-presidente); Silvio

Lopes Carvalho (1º Secretário); Angela Zechinelli Alonso (2º Secretária); Victor Domingos Galloro (1º Tesoureiro); Walter Arnaldo Andreoli (2º Tesoureiro); do Conselho Consultivo, os membros: Antoninho Marmo Trevisan; Mauro Manoel Nóbrega; José Antônio de Godoy; José Homero Adabo e Luiz Bertasi Filho; da Câmara de Contas, os membros efetivos: Odilon Luiz de Oliveira; Tikara Tanaami e Luiz Antonio Balamnut, e do membro suplente: Edison Castilho.

Após a eleição, os acadêmicos discutiram as diretrizes da entidade para o exercício de 2015, com o objetivo de traçar um plano estratégico, visando a ampliação da atuação da academia junto à classe contábil paulista e o apoio da mesma aos futuros profissionais da contabilidade.

Diploma de Mérito é entregue pela APCSP

O presidente da Academia Paulista de Contabilidade de São Paulo (APCSP), contador Irineu De Mula, participou da solenidade de entrega do Diploma de Mérito "Contador José Joaquim Boarin", no dia 19 de dezembro de 2014, nas dependências da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Irineu De Mula foi convidado para compor a mesa diretora dos trabalhos, e entregou vários troféus alusivos à outorga do Diploma de Mérito aos melhores alunos dos cursos de Técnico em Contabilidade e Ciências Contábeis do Estado de São Paulo.



AESCC realiza posse, diplomação e condecoração

Em 14 de novembro de 2014, os acadêmicos titulares imortais da Academia Sergipana de Ciências Contábeis (AESCC), realizaram Assembleia Geral Extraordinária - Plenária Pública, no auditório do SEBRAE, em Aracaju - SE. A noite comandada pela presidente, Maria Salete Barreto Leite, foi marcada por posse, diplomação e condecoração.

Na ocasião tomou posse como nova acadêmica, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza. Também foram prestigiados os acadêmicos, Erenita da Silva Sousa Mendonça, Lucimara Dantas Passos, Sérgio Ricardo Vieira Rezende e Alvani Bomfim de Sousa Júnior. A medalha de Honra ao Mérito da Ciência Contábil Acadêmica José Amado Nascimento foi concedida aos presentes:



Grau de Comendador:

Albano do Prado Franco – Ex-governador do estado de Sergipe;
José Anderson Nascimento – Presidente da Academia Sergipana de Letras;
Jouberto Uchoa de Mendonça – Reitor da Universidade Tiradentes.

Grau de Contabilista Emérito:

José Cicinato Vieira Mello – Ex-presidente do SESCAPSE;
José Arnaldo Rodrigues Farias – Presidente do SINDCONT de Sergipe.

Grau de Profissional do Ano:

Geraldo Alves de Alcântara – Contador;
José Gervásio Souza Almeida – Contador.

Curiosidade sobre a ASCC - Fundada em 8 de novembro de 1977, a ASCC é constituída de quarenta Cátedras, que têm como patronos grandes nomes da contabilidade de Sergipe e do Brasil.



ACADERNCIC movimenta classe contábil e estudantes do curso de Ciências Contábeis do RN

Os meses de setembro e outubro de 2014 foram movimentados para a Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC), com atividades voltadas para classe contábil e estudantes do curso de Ciências Contábeis do estado do Rio Grande do Norte, além da participação ilustre de autoridades locais e de diversos lugares do país.

Nos dias 20, 21, 22 e 23 de setembro, o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), juntamente com a ACADERNCIC, promoveram o XI Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ENCC). Na ocasião,

o presidente do CRCRN, contador João Gregório Júnior, tomou posse como membro efetivo da academia. Dentre os presentes, os presidentes José Martonio Alves Coelho (CFC) e Mario Elmir Berti (FENACON).

Em outubro, dois eventos importantes foram realizados: a posse da Sra. Jucileide Ferreira Leitão como presidente da ACADERNCIC, no dia 15, e a terceira edição do Simpósio Contabilista Potiguar, em 24 e 25 do mesmo mês, explanando o tema "IFRS nos pequenos e médios empreendimentos e seus reflexos na atuação do Auditor Independente".



Vem aí o X Encontro Nacional da Mulher Contabilista

A ABRACICON estará realizando, em ação conjunta com o CFC, o CRCPR e a FBC, a quinta edição do Encontro Nacional da Mulher Contabilista, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2015, no Hotel Recanto Cataratas Thermas, Resort & Convention, em Foz de Iguaçu, Paraná – Brasil. Com o lema "Mulher: Energia, Conhecimento e Arte", o X ENMC pretende promover o aprimoramento técnico-cultural e desenvolver ações de incentivo à maior participação das mulheres contabilistas na vida social e política do País. Participe!

APECICON se prepara para o 5º ACADEMICON

A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis de Pernambuco (APECICON), já iniciou os preparativos para a realização da quinta edição do Encontro Pernambucano de Contadores com a Academia de Ciências Contábeis (ACADEMICON).

Em novembro de 2014, durante uma reunião entre os presidentes, Geraldo

Batista, do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) e Francisco Galvão, da APECICON, foi debatida a programação do evento, que acontecerá paralelo ao 12º Encontro Nordestino de Contabilidade (ENECON), a ser promovido pelo conselho de 30 de setembro a 2 de outubro de 2015.



CFC e MEC estreitam relações institucionais em mais uma edição do Quintas do Saber

Em encontro mantido no dia 23 de outubro, com a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), professora Maria Beatriz Luce, a contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, informou que o Conselho está à disposição para criação de grupos de trabalho em que os profissionais da contabilidade possam contribuir com as estratégias e ações do MEC. "Temos um projeto chamado Excelência na Contabilidade, que oferece apoio a toda instituição que criar cursos de mestrado ou doutorado em Ciências Contábeis. Queremos fazer um esforço

coletivo para discutir e tentar ajudar neste processo", destacou.

As propostas foram discutidas durante mais uma edição do Quintas do Saber, projeto que tem como objetivo debater temas atuais, que tenham relevante impacto no desenvolvimento econômico do País. Desde que foi criado, em fevereiro de 2014, o projeto abordou assuntos de relevância para a classe contábil, como os 50 anos da vigência da Lei Federal nº 4.320/64, conhecida como Lei Geral de Orçamentos Públicos; entre outros temas.



Maria Beatriz Luce (MEC) e Maria Clara Cavalcante Bugarim (ABRACICON)

14ª Convenção de Contabilidade do Ceará tem participação da ABRACICON

Entre os dias 26 e 28 de novembro de 2014 a presidente da ABRACICON, Maria Clara Cavalcante Bugarim, participou da 14ª Convenção de Contabilidade do Estado do Ceará. O evento, que teve como anfitriã a presidente do CRCCE, contadora Clara Germana, reuniu nas dependências do reformado Centro de Convenções de Fortaleza, representantes de entidades contábeis de todo o país, além de estudantes e profissionais de áreas afins, para debater temas de relevância para a classe contábil.

Grandes ícones da contabilidade, administração e do empreendedorismo brasileiro estiveram presentes, dentre eles, o administrador de empresas e escritor, autor de diversos livros sobre carreiras e gestão empresarial, Max Gehringer; e o especialista em Mídias Sociais, Economia Colaborativa e Gestão do Conhecimento para Empresas, Gil Giardelli.



Maria Clara durante abertura da 14ª Convenção de Contabilidade no Ceará.

ABRACICON elege seis novos acadêmicos para o ano de 2015

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON), elegeu seis novos acadêmicos durante Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 4 de dezembro de 2014, na sede da entidade, em Brasília (DF). O evento foi conduzido pela presidente da Academia, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, e contou com a presença de 20 acadêmicos votantes.

A posse dos seis novos acadêmicos acontecerá em 2015, com data a ser previamente informada pela ABRACICON.

Quem são os acadêmicos?

Componentes que se distribuem entre as 80 cadeiras da Academia. São profissionais da contabilidade que possuem amplo saber contábil, doutores e mestres, que publicaram obras de reconhecido mérito.

Para ser eleito, o pretendente a uma cadeira em vacância (que se dará por morte, exclusão ou renúncia do membro anterior) será ocupada por um contabilista

indicado por dois acadêmicos e aprovação expressa de 2/3 dos membros efetivos por meio de votação em assembleia. O percentual de aprovação é dado com base nos membros presentes na sessão.

Classificação acadêmica

Após aprovação para ingresso na Academia, o novo membro deve comprovar a condição de bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico em Contabilidade com titulação superior em outro ramo do saber científico, bem como apresentar currículo profissional.

Acadêmicos eleitos

Dorgival Benjoi da Silva	(MS)
Eliseu Martins	(SP)
Joaquim Osório Liberalquino	(PE)
Aridelmo José Campanharo Teixeira	(ES)
José Correa de Menezes	(AM)
Moacir Carlos Baggio	(PR)



Maria Clara presidindo a Assembleia



Presidente Maria Clara Cavalcante Bugarim e acadêmicos da ABRACICON

Quintas do Saber: últimas edições do projeto encerram ciclo de atividades de 2014 com saldo positivo

Um ano de muitas conquistas para a contabilidade brasileira. Promovido pela ABRACICON, o projeto Quintas do Saber debateu durante 10 meses temas de relevância para a classe contábil e para a sociedade, com a participação de profissionais de diversas áreas, estudantes e representações contábeis de vários lugares do país, deixando um gostinho de quero mais e a certeza de que mais um ciclo foi concluído com saldo positivo.

A oitava edição do projeto ocorreu no dia 23 de outubro, e recebeu na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) o ministro da Educação, José Henrique Paim, que falou sobre a importância de entidades como o MEC e o CFC estreitarem relações para a criação no país, de cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis. Atualmente, o Brasil conta com 22 cursos de mestrado na área, sendo 19

acadêmicos e três profissionais, e somente 9 doutorados.

Durante o momento, a presidente da ABRACICON, Maria Clara Cavalcante Bugarim, ratificou a disponibilidade da Academia para a criação de grupos de trabalho em que os profissionais da contabilidade possam contribuir com as estratégias e ações do MEC. "Temos um projeto chamado Excelência na Contabilidade, que oferece apoio a toda instituição que criar cursos de mestrado ou doutorado em Ciências Contábeis. Queremos fazer um esforço coletivo para discutir e tentar ajudar nesse processo", ressaltou ela, que entregou nas mãos do

ministro, um pedido para que o curso de Ciências Contábeis seja incluído no programa 'Ciências Sem Fronteiras' do governo federal, que envia jovens para estudar em instituições no exterior. O compromisso foi assumido dias antes pelo presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, com cerca de 800 profissionais e estudantes, durante o 5º Encontro Luso-Brasileiro de Contabilidade, realizado nos dias 20 e 21 de outubro, em Campina Grande - PB.

Sob o mote "A Transparência na Gestão Pública e o Controle Social", a nona edição, realizada em 20 de novembro, contou com a participação do ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, que discursou sobre transparência na gestão pública e controle social, e informou sobre a CGU estar disposta a trabalhar em parceria com o Programa de





Da esq. para a dir.: Ernani Ott; Maria Clara Bugarim; José Henrique Paim; José Martonio Coelho; Luiz Claudio Costa e Maria Beatriz Luce.



Da esq. para a dir.: Zulmir Ivanio Breda e Jorge Hage Sobrinho.



Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), que, atualmente, conta com quase cinco mil voluntários em todo o País.

O ministro também elogiou a iniciativa da ABRACICON ao propor debates importantes para a classe contábil e a sociedade em geral.

A décima e última edição do projeto Quintas do Saber foi realizada no dia 4 de dezembro, no auditório do CFC. Contadores, contabilistas e estudantes marcaram presença na solenidade que apresentou impressões sobre "As Normas Internacionais de Contabilidade" através de Amaro Gomes, membro do International Accounting Standards Board (Iasb), e Ana

María Elorrieta, do board da International Federation of Accountants (Ifac).

“O ministro também elogiou a iniciativa da ABRACICON ao propor debates importantes para a classe contábil e a sociedade em geral.”

Amaro Gomes falou sobre o estágio atual da adoção do IFRS no mundo, e citou uma pesquisa recente, realizada pelo Iasb em 138 países, a qual revelou que 114 nações adotam integralmente as normas internacionais para empresas de capital aberto, mostrando a consolidação das normas Iasb como referência para a adoção pelos mercados internacionais.

Já Ana María Elorrieta explanou em seu debate, a internacionalização das normas, com destaque para aspectos como os modelos de elaboração das normas de auditoria e asseguração, de ética, de educação e do setor público. Ela também falou sobre as reformas que estão sendo realizadas na Federação e nos modelos de

elaboração das normas de contabilidade nos últimos 10 anos. Ela também expôs os principais desafios da profissão, em nível nacional e internacional.

Entre as pessoas que marcaram presença no último encontro, estava a presidente da Academia, Maria Clara Cavalcante Bugarim; o acadêmico, Antoninho Trevisan; o presidente do CFC, José Martonio Coelho e o ex-ministro da Previdência Social e ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado. A mediação do debate foi feita pela vice-presidente Técnica do CFC, Verônica Souto Maior, e pelo presidente do IBRACON, Eduardo Augusto Rocha Pocetti.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também participou do evento, apresentando os desafios da economia brasileira para os próximos anos. Na ocasião, Mantega recebeu da ABRACICON e do CFC, uma homenagem pela edição, em 2008, da Portaria MF nº 184, que dispõe sobre "as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, laboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público".

Desde que foi criado, em fevereiro de 2014, o Quintas do Saber já abordou

assuntos importantes, incluindo as Normas Internacionais de Contabilidade e o novo modelo tributário do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; os 50 anos de vigência da Lei Federal nº 4.320/64, conhecida como Lei Geral de Orçamentos Públicos; entre outros temas.

Com informações: Portal CFC



Quintas do Saber no Plenário do CFC.



Da esq. para a dir.: Antoninho Trevisan; Guido Mantega; Maria Clara Bugarim; José Martonio Coelho e Nelson Machado.



O Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC conseguiu atingir os seus objetivos?

Por Renato Tavares

Antes da adoção da Norma Internacional de Contabilidade pela Lei 11.638/07, cada órgão regulador emitia seus normativos contábeis de forma descentralizada. Esta descentralização, em alguns casos, causava desconforto para o contabilista, pois algumas normas emitidas pelos diversos órgãos reguladores de uma entidade eram conflitantes. Por exemplo: um contador de uma instituição financeira de capital aberto deveria seguir as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC (normas da profissão do contabilista), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (para empresas de capital aberto) e do Banco Central do Brasil - BACEN (para Instituições Financeiras).

Um dos objetivos da criação do CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil, criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, era que a emissão dos normativos contábeis fosse centralizada e estivesse em conformidade com o padrão internacional de contabilidade, visando eliminar as divergências dos normativos entre os órgãos reguladores.

Na prática isso ainda não acontece, tanto o BACEN, quanto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não adotaram na totalidade as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC emitidas pelo CFC, o que gera conflito entre essas normas e as regulamentações estabelecidas pelos órgãos que regulam as atividades de instituições financeiras e de seguros.

A título de exemplo podemos citar a Resolução 2.682 do BACEN, que estabelece como os critérios para cálculo da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), o método de perda estimada, enquanto a norma emitida pelo CFC utiliza o conceito da perda incorrida, gerando assim divergência no valor de cálculo da PCLD entre o normativo contábil e o órgão regulador.

Os normativos da SUSEP também causam divergência, como, por exemplo, os critérios de apresentação e divulgação da nota explicativa de contingências. No caso da SUSEP, a Sociedade Seguradora deve divulgar todas as contingências segregando em perda provável, possível e remota, já na NBC T G 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a divulgação deve ser apenas para as perdas classificadas como provável e possível.

Podemos observar que após quase quatro anos das primeiras ações em relação a busca por padrões internacionais de contabilidade, ainda não foi possível atingir

plenamente esse objetivo de unificar em um único órgão ou entidade a elaboração e adoção das normas contábeis entre os diversos reguladores de mercado.



Renato Tavares é formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas com ênfase em Finanças e especialização em Contabilidade e Controladoria (MBA). Atua como gerente da prática de auditoria em "Big Four", com 11 anos de experiência na área contábil de auditoria externa e consultoria voltada para Instituições Financeiras, Seguradoras, Fundos de Investimentos e Pensão. Experiência de 7 anos no mercado de segurador, atuando em companhias e corretoras de seguros. Professor em cursos de graduação e pós-graduação voltados para a área de Ciências Contábeis. Instrutor em cursos para clientes em áreas diversas, tais como instituições financeiras, empresas de auditoria, consultoria e assessoria tributária. Sócio e administrador da FaTTa Corretora de Seguros e da Fatta Treinamentos Corporativos.

Estudante do curso de Ciências Contábeis fala sobre desafios e expectativas na profissão

O maior desafio para um jovem é prospectar seu futuro diante da profissão que escolheu para trabalhar e servir ao longo de sua vida. A escolha profissional nunca é fácil. É uma decisão que gera muitas dúvidas e receios. Porém, ao perceber que aquilo que escolheu o satisfaz, uma trilha de sucesso começa a ser desenhada.

Para navegar nesse universo de sonhos e expectativas na profissão, o consultor de relacionamentos na KPMG Brasil e representante da região sudeste na Comissão das Jovens Lideranças Contábeis, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Ricardo Pocetti, entrevistou a aluna Fernanda Gomes da Silva, do 3º ano do curso de Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), que contou um pouco sobre o porquê da escolha do curso; como ela enxerga a profissão nos dias atuais e qual é a sua visão sobre um assunto muito comentado atualmente entre os estudantes: o exame de suficiência. Confira!

Ricardo Pocetti – Nós estamos nos anos 2000, e a profissão mudou muito de uns tempos pra cá. Diferentemente dos anos 60, 70, no qual o contador era uma figura muito técnica, hoje, esse profissional é visto como uma peça chave dentro de qualquer organização. Isso porque ele consegue, facilmente, ser um tomador de decisão. Você como estudante e futura profissional da contabilidade, o que enxerga para seu futuro dentro desta profissão?

Fernanda – O contador não é mais um mero guarda livro. Ele toma

decisões, e isso mostra um avanço na profissão. Daqui uns dois ou três anos já graduada, pretendo ser essa pessoa dentro de alguma empresa, com esse tipo de responsabilidade.

RP – Onde você acha que o contador pode conseguir mercado de trabalho?

F – Penso que em qualquer área ele consegue!

RP – Muitas pessoas que se formam em contabilidade, vão ser um empresário contábil. E isso é muito bom, porém, alguns ramos da profissão são menos explorados, como perícia, alguém focado diretamente em custos (para quem pretende trabalhar em indústria isso é muito vantajoso) e tantas outras coisas. Por isso realço, onde você pretende se especializar?

F – Eu me vejo numa indústria ou consultora tributária de uma grande empresa... Talvez banco também. Tenho muitas oportunidades. Se eu quiser ir para o setor financeiro, eu posso ir, se eu quiser ficar num escritório de contabilidade, a mesma coisa, ou numa consultoria com outro foco também... Chances não vão me faltar, disso não tenho dúvidas.

RP – Percebi que você cita muito a área tributária no seu discurso. De onde veio esse desejo pela área de tributos?

F – Eu posso trabalhar nessa área, e estou numa empresa de auditoria, no setor de TAX. Foi meu primeiro emprego, e isso está me motivando a estudar cada vez mais. Não preciso mais fazer direito pra ser tributarista.

RP – Qual o seu discurso motivador para um jovem que não sabe qual profissão seguir, e por que da contabilidade?

F – É uma área onde você nunca vai ficar desempregado. Se você for muito bom

tecnicamente, vai poder ganhar muito dinheiro. Se for mediano, a mesma coisa. Em diversas áreas vai poder trabalhar. Você tem muitas oportunidades. Financeiro, custos, departamento pessoal. Enfim, a probabilidade de você conseguir emprego, já no segundo semestre, é muito fácil.

RP – Você considera o exame de suficiência uma atitude positiva do CFC?

F – Achei ótimo, pois isso filtra quem vai entrar numa empresa e como é esse tipo de profissional. Até mesmo para quem é técnico, apenas, falta a graduação para concluir o pacote. Então achei de extrema importância.



Ricardo Pocetti fez Ciências Contábeis na Faculdade Trevisan – Escola de Negócios. Trabalhou em grandes empresas de auditoria e consultoria, como BDO e Baker Tilly Brasil. Atualmente, é consultor de relacionamentos na KPMG Brasil. Representa a região sudeste na Comissão das Jovens Lideranças Contábeis, do CFC.



Fernanda Gomes da Silva é aluna do 3º ano do curso de Ciências Contábeis, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

Aplicabilidade de Custo Meta: um estudo em uma pequena indústria de refrigerantes

Por João Edinei Poczenek

Identificar o custo de produção e o respectivo resultado financeiro da atividade tem sido um desafio para a contabilidade de custos. Vários métodos poderão ser utilizados até se chegar a um que se julgue eficiente, e satisfaça as necessidades em relação ao levantamento dos custos, e conseqüentemente a elaboração do preço de venda.

Entre os métodos que poderão ser utilizados destaca-se o custo meta, que é definido por Sakurai (1997), ressaltando ainda que o custo-meta é de grande importância, por estar ligado à política estratégica da empresa. O procedimento básico envolvido na sua determinação é partindo-se de

um preço de venda projetado e deduzindo o lucro objetivado pela empresa, tem-se o custo correspondente, ou permitido.

Cooper (1999) reforça a importância do custo meta ao afirmar que, para sobreviverem, as empresas devem tornar-se especialistas no desenvolvimento de produtos que, além de atenderem às expectativas dos clientes com relação à qualidade e funcionalidade, gerem os lucros desejados e é uma maneira

de garantir que os produtos sejam suficientemente lucrativos quando lançados no mercado.

O objetivo geral do presente estudo é identificar quais são os resultados financeiros advindos da adoção do custo meta numa pequena empresa industrial do ramo de refrigerantes.

A pesquisa foi elaborada na empresa de refrigerantes Prudy, localizada na cidade de Prudentópolis, Paraná. A pesquisa é descritiva, bibliográfica, quantitativa e de estudo de caso, tendo sido realizada nas dependências da empresa pesquisada.



Analisando o mercado nacional de refrigerantes podemos constatar que o mesmo é dominado principalmente pelas grandes corporações multinacionais, das quais podemos destacar a Ambev, Coca Cola Brasil e Brasil Kirin.

As grandes corporações dominam aproximadamente 90% do faturamento nacional das vendas de refrigerantes, e as pequenas empresas detêm aproximadamente 6,9 % desse mercado. (AFEBRAS, 2014).

Iniciando a descrição dos dados estudados, apresentamos de forma clara os custos de produção do Refrigerante Prudy, para que se possa saber exatamente quanto custa a produção de cada fardo de refrigerante, contendo 6 (seis) unidades de 2000 ml e 5 (cinco) sabores: cola, laranja, guaraná, abacaxi, framboesa.

Na Tabela 1 identificamos os custos existentes na fábrica, de cada fardo de refrigerantes, com 06 (seis) unidades de garrafas pet de 2.000 ml. Foram

“ Analisando o mercado nacional de refrigerantes podemos constatar que o mesmo é dominado principalmente pelas grandes corporações multinacionais ”

levantados os custos de fabricação dos 5 (cinco) sabores vendidos: cola, laranja, guaraná, abacaxi e framboesa.

É observável na Tabela 1 que os custos de produção dos refrigerantes apresentam pequena variação. O produto com maior custo é do sabor laranja com R\$ 8,04 e menor custo é o sabor framboesa que totaliza R\$ 7,83. Com relação à formação dos custos há que ressaltar que como os processos de produção são os mesmos para todos os produtos, fez-se rateio dos custos fixos pela quantidade produzida, o que resultou em distribuição igualitária.

A seguir são apresentados na Tabela 2, os preços que são utilizados pelas principais marcas concorrentes da marca de refrigerantes Prudy, preços esses que foram coletados por meio de uma pesquisa realizada

Tabela 1

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
Materiais Variáveis	R\$ 3,54	R\$ 3,66	R\$ 3,22	R\$ 3,46	R\$ 3,45
MOD	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22	R\$ 0,22
ICMS	R\$ 1,24	R\$ 1,24	R\$ 1,24	R\$ 1,24	R\$ 1,24
ICMS Substituição Tributária	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30
IPI	R\$ 1,45	R\$ 1,45	R\$ 1,45	R\$ 1,45	R\$ 1,45
COFINS	R\$ 0,21	R\$ 0,21	R\$ 0,21	R\$ 0,21	R\$ 0,21
PIS	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,04
CUSTO FIXO	R\$ 0,92	R\$ 0,92	R\$ 0,92	R\$ 0,92	R\$ 0,92
TOTAL	R\$ 7,92	R\$ 8,04	R\$ 7,60	R\$ 7,84	R\$ 7,83

Fonte: Dados da pesquisa, (2014).

Tabela 2

	MERCADO 1	MERCADO 2	MERCADO 3	MERCADO 4
MARCA 1	R\$ 8,50	R\$ 8,40	R\$ 8,35	R\$ 8,30
MARCA 2	R\$ 8,30	R\$ 8,30	R\$ 8,20	R\$ 8,27
MARCA 3	R\$ 8,45	R\$ 8,42	R\$ 8,41	R\$ 8,38
MARCA 4	R\$ 8,18	R\$ 8,12	R\$ 8,09	R\$ 8,14

Fonte: Dados da pesquisa, (2014)

nos principais mercados da cidade de Prudentópolis – PR.

Observa-se na Tabela 2 a identificação dos preços praticados na cidade de Prudentópolis, no Paraná, de produtos concorrentes, porém similares. Os preços apresentaram uma variação entre R\$ 8,09 e R\$ 8,50 por embalagem.

Após o levantamento dos preços dos principais concorrentes da marca estudada nos mercados da referida cidade, realizou-se um comparativo dos lucros que a empresa de refrigerantes Prudy, conseguiria ao vender seus

produtos no mesmo valor dos principais concorrentes. Com relação aos custos, consideraram-se os valores que a empresa possui na fabricação de cada unidade de refrigerantes, composta por 06 (seis) unidades de 2000 ml cada. Ressalte-se que a análise comparativa foi realizada para todos os sabores que são fabricados e comercializados pela empresa: cola, laranja, guaraná, abacaxi e framboesa.

Na Tabela 03 apresentamos a margem de lucro que a empresa de refrigerantes Prudy tem com o atual preço de vendas praticado, e com o atual custo de fabricação de cada fardo de refrigerantes:

Tabela 3

Tabela Final de Preço/ Comparativo de Lucratividade - Supermercado 1

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
REFRI. PRUDY	9,45%	8,08%	13,11%	10,37%	10,48%
MARCA 1	6,79%	5,38%	10,55%	7,73%	7,85%
MARCA 2	4,54%	3,10%	8,40%	5,51%	5,63%
MARCA 3	6,24%	4,82%	10,03%	7,19%	7,30%
MARCA 4	3,14%	1,68%	7,06%	4,12%	4,24%

Tabela Final de Preço/ Comparativo de Lucratividade - Supermercado 2

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
REFRI. PRUDY	9,45%	8,08%	13,11%	10,37%	10,48%
MARCA 1	5,68%	4,25%	9,49%	6,63%	6,75%
MARCA 2	4,54%	3,10%	8,40%	5,51%	5,63%
MARCA 3	5,90%	4,48%	9,70%	6,85%	6,97%
MARCA 4	2,43%	0,95%	6,37%	3,41%	3,54%

Tabela Final de Preço/ Comparativo de Lucratividade - Supermercado 3

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
REFRI. PRUDY	9,45%	8,08%	13,11%	10,37%	10,48%
MARCA 1	5,12%	3,68%	8,95%	6,07%	6,19%
MARCA 2	3,38%	1,92%	7,28%	4,36%	4,48%
MARCA 3	5,79%	4,37%	9,60%	6,74%	6,86%
MARCA 4	2,07%	0,58%	6,02%	3,05%	3,18%

Tabela Final de Preço/ Comparativo de Lucratividade - Supermercado 4

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
REFRI. PRUDY	9,45%	8,08%	13,11%	10,37%	10,48%
MARCA 1	4,54%	3,10%	8,40%	5,51%	5,63%
MARCA 2	4,20%	2,75%	8,07%	5,16%	5,29%
MARCA 3	5,46%	4,02%	9,27%	6,41%	6,53%
MARCA 4	2,67%	1,19%	6,60%	3,65%	3,77%

Fonte: Dados da pesquisa, (2014)

São verificáveis na Tabela 3, variações nos percentuais de lucratividade caso a empresa estudada pratique os mesmos preços que os concorrentes. Os percentuais de variação são significativos – entre 0,58% para o sabor laranja e 13,11% para o sabor guaraná. Porém, ressalte-se que todos os comparativos de margem de lucro mostram uma redução no lucro da empresa, se for mantido o atual preço de venda.

Podemos inferir ainda que a redução dos preços praticados pela empresa estudada resultará em prejuízo, sendo, portanto, inviável para a mesma praticar os mesmos preços utilizados pelos seus concorrentes diretos.

Na sequência, na Tabela 4, são apresentadas as porcentagens do custo que a empresa terá que reduzir para que tenha um lucro igual ao que ela possui com a venda de seu produto no atual preço comercializado, e com isso se tornar mais competitiva.

A Tabela 4 demonstra a análise comparativa dos percentuais que a empresa terá que reduzir, para conseguir vender seus produtos com o mesmo preço que seus principais concorrentes. A marca 1 ficou em torno de 4,16%, sendo essa a menor redução do produto de sabor cola, vendido no mercado 1, e a maior redução global deverá ocorrer no produto de sabor laranja, com aproximadamente 5,26 %, vendido no mercado 4.

A marca 2 teve uma redução de 5,45%, tendo a menor redução o produto de cola vendido no mercado 1 e 2, onde se observou uma redução de aproximadamente 5,08%, sendo que a maior redução tem que ocorrer com o produto cola e com o produto de guaraná vendidos no mercado 3, com uma redução de 6,35%.

Já a marca 3 tem uma

Tabela 4

TABELA DE COMPARATIVO DE REDUÇÃO DE CUSTO MARCA 1

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
MERCADO 1	2,81%	2,90%	2,93%	2,84%	2,85%
MERCADO 2	3,95%	4,01%	3,98%	3,99%	3,99%
MERCADO 3	4,58%	4,64%	4,64%	4,63%	4,50%
MERCADO 4	5,21%	5,26%	5,17%	5,26%	5,14%

TABELA DE COMPARATIVO DE REDUÇÃO DE CUSTO MARCA 2

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
MERCADO 1	5,08%	5,13%	5,17%	5,14%	5,14%
MERCADO 2	5,08%	5,13%	5,17%	5,14%	5,14%
MERCADO 3	6,35%	6,25%	6,35%	6,28%	6,29%
MERCADO 4	5,21%	5,26%	5,17%	5,26%	5,14%

TABELA DE COMPARATIVO DE REDUÇÃO DE CUSTO MARCA 3

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
MERCADO 1	3,44%	3,39%	3,46%	3,48%	3,48%
MERCADO 2	3,82%	3,77%	3,72%	3,73%	3,74%
MERCADO 3	3,95%	3,89%	3,85%	3,86%	3,87%
MERCADO 4	4,20%	4,26%	4,25%	4,24%	4,25%

TABELA DE COMPARATIVO DE REDUÇÃO DE CUSTO MARCA 4

	COLA	LARANJA	GUARANÁ	ABACAXI	FRAMBOESA
MERCADO 1	6,47%	6,50%	6,48%	6,54%	6,55%
MERCADO 2	7,23%	7,25%	7,14%	7,18%	7,19%
MERCADO 3	7,48%	7,50%	7,53%	7,56%	7,57%
MERCADO 4	6,98%	7,00%	7,01%	6,92%	6,93%

Fonte: Dados da pesquisa, (2014)

redução média de 3,83%, sendo essa a menor redução, para se chegar ao mesmo valor da marca 3, e mantendo a mesma margem de lucro, o produto cola terá que obter uma redução de 3,44% vendida no mercado 1. Por outro lado, o produto com maior redução do custo foi o produto de sabor laranja, com 4,26% vendido no mercado 4.

A marca 4, para ter uma venda com o mesmo preço realizado pela marca 3, e mantendo a

mesma margem de lucro, o produto refrigerante Prudy tem que ter, em média, redução no seu custo de 7,05%, sendo que a menor redução seria no produto de sabor cola, vendida no mercado 1.

Para que a empresa mantenha os mesmos índices de lucratividade, quando comparados a marca 4 e aos produtos da empresa estudada, existe a necessidade de redução de custo de 6,47 %, sendo que o sabor framboesa apresenta a maior redução, aproximadamente 7,57 %.

Concluindo o estudo, identificamos que os resultados financeiros advindos da adoção do custo meta são vantajosos

para empresa, pelo acompanhamento constante dos preços de mercado. Para tanto a empresa deverá reduzir os seus custos fixos por meio do aumento da produção, que hoje não é utilizada em sua totalidade operacional, existindo ainda uma capacidade de produção ociosa. Neste sentido a empresa deve manter as margens de lucro sempre atualizada pelo mercado para manter-se competitiva.

Referencias:

<http://afrebras.org.br/setor/refrigerante/producao/> acesso 11 de agosto de 2014, as 21:22.

COOPER, Robin & CHEW, B. Control Tomorrow's Costs through Today's Designs. Harvard Business Review. January-February 1996.

SAKURAI, Michiharu. Gerenciamento Integrado de Custos. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 1997.



João Edinei Poczenek é graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO Campi Prudentópolis – Paraná. Colaboração: Prof. Roberto Marcos Navarro e Profª Telma Regina Stroparo.

Faculdade de Americana: vivência prática aliada à teoria

O município de Americana, situado no maior estado do Brasil, São Paulo, integra a Região Metropolitana de Campinas: a mais importante região urbana e industrial do país, depois da grande São Paulo e Baixada Santista. No setor cultural, Americana destacam-se por possuir espaços culturais como os teatros de Arena Elis Regina e Municipal de Americana, além do Museu de Arte Contemporânea.

É nesta encantadora cidade que está localizada uma das principais instituições de ensino do estado, a Faculdade de Americana (FAM). Ela foi credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº 766 de

18/05/1999 inicialmente como curso de Português/Inglês, e não parou de crescer. Investindo no município e buscando resultados qualitativos no ensino superior, a FAM atua hoje em diversos cursos de graduação e de tecnologia. Especificamente, o presente artigo visa a eleger e detalhar sobre o curso de Ciências Contábeis.

A Associação Educacional Americanense entende que o ensino, a pesquisa e a extensão não podem deixar de responder, de forma dinâmica, eficiente e consequente aos problemas sociais que refletem as necessidades da comunidade local, regional e nacional. E para operacionalizar o projeto de criação dos cursos superiores, a entidade mantenedora consultou especialistas das diversas áreas do conhecimento.

Assim, o projeto FAM foi idealizado com seriedade e, acima de tudo, com o compromisso de oferecer a universalidade do saber: caráter substancial das instituições que justificam suas funções na comunidade onde está inserida.

O curso de Ciências Contábeis recebeu autorização de funcionamento pela portaria MEC no. 1.575, de 19 de Julho de 2.001, com conceito global "B", inicialmente ele está estruturado em regime seriado, tendo a duração de 8 semestres. O reconhecimento do curso ocorreu em agosto de 2.006 pela Portaria SESUP nº. 517, e a sua matriz atende plenamente os aspectos legais.

Diante das mudanças ocorridas na área e, em especial na Leis 11.638/07 e 11.941/09, as estruturas curriculares foram sendo adaptadas para atender à evolução da ciência contábil, e também das normas de contabilidade emanadas pelos diversos órgãos reguladores da profissão contábil.

Para suporte e atividade prática o curso possui um Sistema Informatizado Completo de Contabilidade, cedido pela empresa "Folhatic Tecnologia de Sistemas Ltda.", que é líder deste segmento no estado de São Paulo. O curso ainda proporciona aos alunos vivência da prática através de uma atividade que cada disciplina dispõe denominada atividades práticas supervisionadas. As atividades são criadas a partir da necessidade de cada disciplina e sob supervisão dos professores. Assim, os alunos desenvolvem diversas atividades para dar suporte as aulas teóricas.



Objetivos do curso

O curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Americana tem como objetivo formar bacharéis em Ciências Contábeis, com as competências e as habilidades indispensáveis ao exercício profissional pleno, assegurado pela legislação, capacitado tecnicamente para integrar no mundo dos negócios, e exigido pelo mercado de trabalho, capazes de lidar com os instrumentos e técnicas de escrituração e análise contábil, em todos os setores do campo de atuação do contador, com elevado senso ético e cioso de suas responsabilidades sociais, e preparados para atender demandas da comunidade empresarial de Americana e região.

Em consonância com o objetivo geral do curso de Ciências Contábeis ofertado pela instituição, a FAM tem por objetivos específicos:

- Ampliar a capacidade de raciocínio lógico, crítico e analítico para a solução de problemas de natureza contábil e para que se possam interpretar tendências de mercado, sem perder a consciência e a dimensão das questões éticas, humanas e sociais;
- Formar profissionais preparados para enfrentar as mais diversas situações e condições do mercado, em ambientes de constantes mudanças, com iniciativa e elementos para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos e/ou adequando-se às novas tendências;
- Preparar profissionais aptos a assessorar no processo de tomada de decisões e formulação de estratégias, lidando com os diferentes conceitos de gestão que constituem o mercado;

- Possibilitar a formação técnica e científica de profissionais especializados no desenvolvimento e administração do Sistema de Informações Contábeis das entidades, com o propósito de produzir relatórios destinados ao cumprimento de exigências jurídico-fiscais e relatórios internos destinados a subsidiar a formulação de decisões e promover o controle interno;
 - Desenvolver a capacidade de comunicação e liderança, dotando-o de habilidades e atitudes para promover e realizar trabalho em equipe.
- Para definir estes objetivos, valeu-se das próprias orientações contidas na resolução no 10/CNE, além das sugestões e portarias do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Perfil do egresso

Os objetivos do curso em relação ao perfil de seus egressos podem ser resumidos abaixo, quando se discute e define as competências e habilidades desejadas dos formandos.

Competências desejadas do formando

Possuir uma visão global do ambiente econômico e financeiro nacional e internacional e suas influências nas alterações patrimoniais. Aplicar métodos e levantar meios para registro histórico dos fatos econômicos e financeiros que ocorrem para as alterações patrimoniais. Possuir uma visão dinâmica da empresa pela interpretação dos registros das



mutações patrimoniais. Capacidade para apoiar a superior administração (pelo conhecimento de técnicas estatísticas e de economia de mercado e pela visão financeira e de produção) nos processos decisórios e de controladoria. Disposição e competência em contribuir, através da sugestão de metas e estratégias, para que a empresa alcance a maximização do lucro e sua maior participação social na coletividade.

Habilidades desejadas do formando

Registrar fatos administrativos que demonstram a situação da empresa, através do levantamento das Demonstrações Contábeis; proceder a conferência de registros contábeis, com o fim de observar a veracidade dos balanços e demonstrativos que refletem a situação econômica e financeira da empresa; Tratar do relacionamento da empresa com os poderes públicos, principalmente no campo tributário, cuidando do cálculo e controle dos tributos devidos pelas empresas; executar trabalhos de auditoria interna e externa nos registros da empresa e executar trabalhos de perícia contábil, quando designado pela autoridade competente.

Da coordenação do curso

A profa. Mestre Lourdes Pereira de Souza Manhani, admitida em 2014, tem trazido ideias e projetos que possam agregar a formação dos alunos de forma a trazer uma formação holística e moderna.

A prof. Ms. Lourdes P S Manhani é Mestre em Administração, Educação e Comunicação, diversas especializações e bacharelado em Ciências Contábeis. Possui vasta experiência em ensino superior e coordenação, assim como na área profissional, já foi empresária contábil e consultora financeira.

Aliada a sua experiência e atualizada com as novas exigências que o mercado tem trazido para a área, busca agregar ao curso experiências que os alunos possam vivenciar na prática temas como: negociação, trabalho em equipe, conhecimentos culturais diversos e vivência na área financeira. Diversos projetos estão em fase de elaboração sendo núcleo principal de todos o incentivar, promover e indicar aos alunos através das atividades complementares práticas que visam o enriquecimento cultural, pessoal e profissional dos alunos. No primeiro semestre de 2014 os alunos colocaram em prática o projeto de visita técnica a bolsa de valores e outros ambientes atrelados a este primeiro. Abaixo um breve descritivo do projeto:

Projeto da visita

Justificativa

Conhecer o mercado de capitais na sua forma mais objetiva com simulações de situações reais do mercado e realizar um tour na região central de São Paulo com visita a Rua 25 de março, Mercado Municipal, Pinacoteca do Estado de SP e Museu da Língua Portuguesa.

Objetivos

Visita ao espaço BM&FBOVESPA, onde os alunos manterão contato com as particularidades do mercado de capitais. Ida a Rua 25 de março onde os alunos terão contato com mercado na sua maior acepção. Visita a Pinacoteca do estado de SP, onde os alunos conhecerão grandes obras de arte brasileiras. Ida ao Mercado

Municipal ponto turístico importante de SP. Visita ao Museu da Língua Portuguesa, referência mundial no assunto.

Resultados esperados

Com a visita a BM&FBOVESPA, ocorrerá um reforço no conhecimento sobre os mercados financeiros e de capitais que será avaliado por relatório. Na Rua 25 de março, os alunos terão contato com mercado real referência no Brasil com apresentação de relatório. No mercado municipal, conhecerão famoso local de visitação em SP, onde tirarão fotos. Na pinacoteca do estado SP, conhecerão preciosa amostra da arte contemporânea brasileira com fotos no local. No museu da língua portuguesa aperfeiçoarão seus conhecimentos do idioma português com a realização de fotos. O acompanhamento dos alunos foi feito pelo prof. Prof. Armando Tedeschi Filho

Resultados alcançados

De acordo com os relatos dos alunos do curso de Ciências Contábeis, as expectativas foram plenamente atendidas. E em virtude dos resultados alcançados, outras propostas estão sendo feitas, e projetos serão implantados com vistas a integrar os alunos num mercado de trabalho cada vez mais exigente e dinâmico.



Lourdes Manhani é doutoranda em Educação; mestre em Administração, Educação e Comunicação; pós-graduação em Administração Financeira; MBA em Gestão de Negócios; pós-graduação em Psicopedagogia; formação em Psicanálise Clínica; bacharel em Ciências Contábeis.



Presidente da ABRACICON assume a Controladoria Geral do Estado de Alagoas

Por Maristela Giroto

A contadora alagoana Maria Clara Cavalcante Bugarim tornou-se, ao longo de sua carreira, bastante conhecida da classe contábil brasileira e reconhecida pelo seu trabalho. Atual presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON) e ex-presidente, por duas gestões (2006/07 e 2008/09), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ela assume, em janeiro de 2015, mais um importante desafio profissional, o de ser controladora-geral do Estado de Alagoas.

O ato de nomeação de Maria Clara para a Controladoria Geral de Alagoas foi o Decreto nº 37.742, de 9 de janeiro de 2015. O documento, assinado pelo governador José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas no dia 12 de janeiro.

“Assumir um cargo dessa magnitude me traz muito orgulho e realização, mas também uma grande responsabilidade”, afirma Maria Clara. Segundo ela, este é um desafio profissional que será abraçado com grande dedicação e entusiasmo.

Órgão de assessoramento direto ao Governador do Estado, à Controladoria Geral compete coordenar, executar, avaliar, apoiar e orientar as atividades inerentes ao controle interno do Poder Executivo do Estado de Alagoas.

Entre as várias metas de sua gestão à frente do órgão, Maria Clara cita que pretende fortalecer o controle interno do Governo do Estado e estreitar as relações com a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

“O portal da transparência e o Comitê de Controle Interno foram ações positivas que serão fortalecidas na nova gestão”, anuncia a nova controladora geral. Além disso, visando à economia de recursos, a contadora afirma ser possível utilizar a Contabilidade para fazer com que a receita seja mais eficaz. “Temos o dever de contribuir para o bom andamento dos recursos do estado”, justifica.

Trajatória

Em Alagoas, seu estado natal – ela nasceu no município de União dos

Palmares –, Maria Clara já ocupou cargos importantes. De 1983 e 1991, ela foi diretora de Contabilidade e Finanças no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Alagoas (IPASEAL) e, de 1991 até 1994, trabalhou como auditora-geral do Estado.

A nova controladora geral de Alagoas é graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Estudos Superiores de Maceió (1987); em Direito pela Universidade de Fortaleza (2004); e em Administração pelo Centro Estudos Superiores de Maceió (1994). Ela é mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2002) e doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente, está fazendo doutorado em Contabilidade pela Universidade do Minho/Aveiro, em Portugal.

Além de presidente da ABRACICON, hoje a contadora também é vice-presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).



O processo de avaliação de empresas e de ativos intangíveis pelas demonstrações contábeis

Por José Elias Feres de Almeida

O processo de avaliação de empresas (valuation) está intrinsecamente ligado à contabilidade. O conjunto das demonstrações contábeis é a fonte de informações iniciais a respeito da situação das empresas avaliadas. Isso ocorre porque os modelos de avaliação de empresas mais comumente utilizados possuem como inputs os números contábeis.

É natural o avaliador durante o processo de avaliação de uma empresa realizar alguns ajustes em contas patrimoniais durante o valuation. O avaliador, assim como o profissional contábil, deve exercer julgamentos sobre os números que serão utilizados no processo e tudo isso pode, também, ser um reflexo da qualidade dos números fornecidos pelas empresas e de um diagnóstico realizado.

A contabilidade tem sua utilidade para o usuário tomador de decisões por

causa do regime de competência. Pelo regime de competência é que podemos compreender as futuras entradas e saídas de caixa da empresa, bem como reconhecer os itens patrimoniais (ativos) que contribuem para geração de benefícios econômicos futuros. Nesse ponto é onde inicia-se o julgamento dos avaliadores sobre possíveis ajustes contábeis necessários sobre, por exemplo, alguma provisão existente, a qualidade dos recebíveis, das taxas de depreciação e amortização utilizadas etc. Estes são alguns exemplos que os profissionais contábeis realizaram julgamentos (ex-ante) juntos à administração das entidades e que, posteriormente, o avaliador refletirá sobre eles para fins do seu trabalho (ex-post).

Ressalte-se que, se a contabilidade fosse elaborada pelo regime de caixa não teríamos informações das obrigações (contas a pagar) e nem dos recebíveis

(contas a receber), por exemplo. Em outras palavras, existe um trade-off entre a objetividade do fluxo de caixa e a informação contábil elaborada pelo regime de competência que deveria ser mais relevante por sua utilidade no processo decisório.

Dentre as diversas áreas de avaliação de empresas pode-se destacar a aplicação dos modelos em processos de fusões e aquisições, abertura de capital (IPO), litígio ou disputas judiciais, reestruturações societárias, custo atribuído de ativos para adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, teste de impairment para cálculo do valor em uso, entre outras.

O processo de avaliação possui tanto recomendações e orientações de normas e órgãos de classe como de Leis e instruções de reguladores. No Brasil, a própria Comissão de Valores Mobiliários

(CVM) e a Lei 6.404/76 exigem a utilização do FCD para avaliação de empresas. Todavia, ainda recomendam aplicação de outros métodos como o de múltiplos, valor contábil e de mercado do patrimônio, por exemplo. Além disso, outros modelos podem ser utilizados desde que justificados, mas como forma de validar a avaliação feita pelo FCD. Martins (2000) explica que todos os modelos devem ser utilizados como complementares e não como um superior ou que exclui outro. Assim, este artigo procura discutir conceitualmente os modelos de avaliação de empresas e apresentar sustentação para utilização desses modelos na prática, uma vez que, se as premissas utilizadas nos modelos são confiáveis, os valores estimados deveriam ser idênticos.

Nesse contexto, o tradicional modelo FCD pode ser conceitualmente e tecnicamente utilizado em conjunto com modelos baseados no lucro contábil para avaliação do patrimônio. Para demonstrar isso será utilizado um exemplo prático com dados divulgados em um laudo de avaliação de empresas.

2. Discussão dos modelos de avaliação de empresas e evidências

Na literatura existem diversos modelos de avaliação com diferentes variações. Para fins de simplificação, os modelos serão apresentados de maneira didática deixando o leitor que tiver interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre os modelos para consultar estudos anteriores de Ohlson (1995), Ohlson (2005), Penman (2005), Damodaran (2007), Ohlson e Lopes (2007), Cupertino e Lustosa (2004) e Almeida et al (2012b). Todos os modelos de avaliação de empresas dependem de alguns fatores que dependem de premissas: i) capacidade de geração de fluxo de caixa (ou lucros); ii) taxa de desconto que capture o custo de oportunidade e riscos do negócio; iii) número de fluxos

projetados; iv) taxa de crescimento dos fluxos; e v) valor residual.

O estudo de Ohlson e Lopes (2007) além de integrar diversos modelos de avaliação de empresas discutem que as preocupações mudam quando se compara as análises e aplicações dos modelos pela academia ou por profissionais de mercado. Todavia, cada vez mais aumenta a robustez da aplicação de modelos baseados em lucros.

Atualmente, existe ampla literatura sobre como utilizar e integrar modelos de avaliação (Cupertino e Lustosa, 2004a; Ohlson e Lopes, 2007; Almeida et al, 2012b) e comparação dos modelos (Penman, 2005; Almeida et al, 2010; Penman e Sougiannis, 1998; Cupertino e Lustosa, 2004b).

Almeida et al (2012a) consideram que podem ocorrer diferenças nos valores projetados do lucro e do fluxo de caixa no curto prazo, mas no longo prazo essas variáveis deveriam convergir para um mesmo valor ou valores próximos. Martins (2001, p. 7) é esclarecedor ao sustentar que "no longo prazo, todos são nada mais nada menos do que distribuições temporais diferentes do mesmíssimo fluxo físico de caixa. Assim, no longo prazo, são todos convergentes para um único valor de lucro". Então, por que não considerarmos os lucros diretamente na avaliação de empresas? Dando início a apresentação dos modelos, o modelo de fluxo de caixa é o seguinte:

$$V = \frac{FCx_n}{(1+r)^n} + \frac{FCP_t \times (1+g)}{(r-g)}$$

Em que:

V = Valor da empresa

FCx = caixa gerado pelas operações (+/-) variações dos investimentos em imobilizados e (+/-) capital de giro.

FCP = Fluxo de caixa da perpetuidade

r = taxa de desconto (custo de capital)

g = taxa de crescimento

O modelo inicial que vem sendo discutido na literatura antes da década de 70, mas que vem recebendo aperfeiçoamentos na literatura e obteve grande disseminação a partir do estudo de Ohlson (1995) é o modelo Residual Income Valuation (RIV) ou modelo de avaliação por lucros residuais. O modelo é apresentado a seguir:

$$V = PL_0 + \sum_{n=1}^{\infty} \frac{E(\text{lucro}_n^a)}{(1+r)^n}$$

Em que:

V = Valor da empresa

PL = Patrimônio Líquido em t0

= Lucro residual = Resultado Líquido - r x PLt-1

r = custo de capital

O modelo parte do patrimônio líquido (PL) em t0, que é a âncora da avaliação, ou seja, o ano do início do valuation. A partir daí o valor desse PL é corrigido pelos lucros residuais futuros trazidos a valor presente por uma taxa de desconto.

Nesse momento, as mesmas subjetividades inerentes ao modelo de fluxo de caixa descontado também são vivenciadas nos modelos baseados Lucro, destacando-se os seguintes pontos para reflexão: Quantos fluxos serão projetados? Qual é a taxa de crescimento desses lucros residuais? Qual é a taxa de desconto?

O estudo de Almeida et al (2012a) aplicou o modelo RIV e o Abnormal Earnings Growth (AEG) nos dados disponíveis em laudos de avaliação de empresas que realizaram Ofertas Públicas de Aquisição de ações (OPAs) registradas na CVM. Os autores não encontraram diferenças estatisticamente significantes entre os valores estimados pelo modelo FCD dos valores encontrados pelos modelos RIV e AEG. Apesar da diferença de média dos valores não foi possível encontrar diferença estatística, o que valida as

premissas teóricas de que os valores dos diferentes modelos devem convergir.

Em outro estudo, Almeida et al (2012b) utilizando dados de projeções de analistas também não encontraram diferenças estatísticas entre os modelos RIV e AEG, mesmo considerando uma média próxima, mas com desvio padrão maior para o modelo AEG. Essa evidência sustenta a ideia de que os analistas podem ser otimistas no curto prazo.

As evidências empíricas obtidas em estudos anteriores contribuem para a explicação de Martins (1999, p.13) de que "no caso extremo, qual o lucro de uma empresa no longo prazo? É a diferença entre o valor de sua liquidação e os investimentos feitos pelos sócios (considerando-se, é claro, os lucros distribuídos durante a sua vida). Assim, o conceito tradicional e intuitivo de lucro está vinculado, em sua última consequência, ao fluxo financeiro de ponta a ponta entre a empresa e o seu proprietário."

3. Questões contábeis e avaliação de empresas e de intangíveis

As normas internacionais de contabilidade (IFRS) trouxeram avanços

tanto para a contabilidade como para o profissional contábil ao aumentar a carga de julgamento durante o processo contábil. Alguns pontos relevantes estão no reconhecimento de alguns ativos intangíveis e de itens patrimoniais avaliados ao valor justo. Essa é uma área com grande demanda para investigações futuras, ou seja, compreender como as novas normas de contabilidade estão influenciando as avaliações.

Penman (2009) considera que valores especulativos, principalmente os relacionados aos ativos intangíveis, deveriam ficar de fora do Balanço Patrimonial. O autor considera que no processo de avaliação de empresas o "grau de especulação" deve ficar a cargo do avaliador, isso porque valores que não contribuem para geração de benefícios econômicos distorcem tanto o balanço patrimonial como o resultado. Isso significa dizer que podemos ter empresas com ativos intangíveis reconhecidos no balanço patrimonial que geram prejuízos, bem como empresas com pouquíssimos ativos intangíveis que geram lucros.

Essa questão é amplamente discutida na literatura e a cada dia traz mais desafios para a prática contábil e de avaliação que está na capacidade da contabilidade em reconhecer ativos intangíveis. Um grande salto já foi dado ao conseguirmos reconhecer e mensurar alguns tipos de ativos intangíveis separáveis, mas nem todos são possíveis (ainda) como é o caso de marcas, sinergia de equipes, capital intelectual, entre outros, que funcionam em coordenação com ativos tangíveis e seu reconhecimento poderia inserir "excesso de especulação" no Balanço Patrimonial, o que poderia prejudicar a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis. Todavia, Penman (2009) sustenta que

apesar desses intangíveis não estarem no Balanço Patrimonial, o desempenho desses intangíveis é refletido na Demonstração do Resultado por conta dos lucros contábeis. Para o autor, isso faz todo o sentido quando se compara a bolha de internet ocorrida na década de 90, onde empresas com esses tipos de ativos intangíveis que estavam fora do Balanço Patrimonial contribuíram para geração de lucros, enquanto em outras empresas uma alta carga de especulação sobre intangíveis foi adicionada no Balanço Patrimonial trazendo prejuízos contábeis recorrentes a essas empresas. Em suma, o autor demonstra em seu artigo, utilizando os casos da Dell e da Microsoft, que o resultado contábil corrige a omissão de ativos intangíveis no Balanço Patrimonial utilizando o modelo RIV.

Ohlson e Lopes (2007) destacam que os materiais didáticos usualmente dão maior ênfase no caixa e focam em avaliar empresas pela distribuição da riqueza (pagamentos de dividendos) e não pela criação dela. Isso pode ter contribuído para maior disseminação do modelo de fluxo de caixa descontado. Todavia, todo caixa a fluir para ou da entidade foi, em algum momento, controlado pelo regime de competência. Por exemplo, uma empresa prestou serviço por R\$ 100, recebendo 50% à vista e 50% a prazo para receber nos próximos 30 dias. Nesse caso, uma parcela já entrou no caixa da empresa e a outra parte espera-se que se converta em caixa nos próximos 30 dias. Essa parcela de R\$ 50 que fica contabilizada nos recebíveis pelo regime de competência é chamada de accruals, ou seja, um ajuste do regime de competência que será convertido em caixa no futuro. Ocorre que olhando somente na perspectiva mais simples de caixa, essa parcela de R\$ 50 que está na conta "clientes" poderia ficar de fora do modelo de avaliação utilizando caixa. Outros fatores como o grau de conservadorismo existente nas demonstrações contábeis

também podem subavaliar o patrimônio.

4. Exemplo prático utilizando dados de um laudo de avaliação

Para mostrar a aplicação do modelo RIV, utilizou-se os dados do laudo de avaliação do Banco Sudameris disponível no sítio eletrônico da CVM no ano de 2004. O laudo apresentou a avaliação por diversos métodos e considerou o modelo de fluxo de caixa descontado o mais adequado. Foi estimada uma taxa de desconto de 17,97%, mas devido a subjetividade criaram-se duas faixas, sendo uma de limite inferior (18,47%) e outra de limite superior de (17,47%). Além disso, exemplifica algumas premissas que o avaliador tomou em relação às provisões existentes.

A tabela 1 resume a seguir os cálculos do modelo FCD:

Tabela 1

Resultados da avaliação	Limite	
	Inferior	Superior
Taxa de desconto =	18,47%	17,47%
Valor das operações	1.326.078	1.389.176
Valor Residual (perpetuidade)	689.544	795.606
Valor dos investimentos em Controladas e Coligadas	452.591	452.591
Valor Econômico antes da participação de terceiros	2.468.213	2.637.373
(-) participação de outros acionistas nas empresas controladas e coligadas do Banco Sudameris de 3,79%	(93.534)	(99.944)
Valor econômico antes do ajuste de preço (provisões)	2.374.679	2.537.429
(-) Ajuste de preço – Provisões conforme "due diligence"	(103.000)	(103.000)
Valor de 100% das ações do Banco Sudameris	2.271.679	2.434.429
Número total de ações do Banco Sudameris (milhares)	3.890.550	3.890.550
Valor por lote de mil ações (R\$/mil ações)	583,9	625,7

Tabela 2

	Resultados da avaliação - Modelo RIV	Limite	
		Inferior	Superior
	Taxa de desconto a.a.	18,47%	17,47%
A	Valor das Operações (Lucros Anormais)	1.021.850	1.086.416
B	Patrimônio Líquido Inicial	1.352.060	1.352.060
(A+B)	Valor da Empresa	2.373.910	2.438.476
	Número de ações	3.891	3.891
	Valor por lote de mil ações (R\$/mil ações)	610,10	626,70

Em seguida, os dados necessários para aplicação do modelo RIV foram coletados do laudo de avaliação para cálculo dos lucros residuais. Nenhum ajuste foi realizado nos números contábeis fornecidos no laudo de avaliação para evitar viés do pesquisador. A tabela 2 apresenta os resultados para o modelo RIV a seguir:

Observe que o limite inferior para o modelo FCD foi de R\$ 583,9 enquanto para o modelo RIV foi de R\$ 610,10. O limite inferior do modelo RIV está dentro da faixa do modelo FCD, trazendo menor amplitude da faixa.

Já o limite superior obtido pelo modelo FCD foi de R\$ 625,7, enquanto que o mesmo limite estimado pelo modelo

RIV com base nos dados disponíveis perfez R\$ 626,70. Em outras palavras os modelos podem ser considerados ajustados. Por mais que os valores não sejam os mesmos, eles convergem para valores próximos, da mesma maneira que os resultados obtidos por Almeida et al (2012a).

5. Considerações Finais e demanda por futuras pesquisas

A literatura sobre o tema valuation é bem desenvolvida e sempre busca testar e aprimorar os modelos para aumentar a cientificidade e robustez dos mesmos para aplicação por avaliadores, contadores, analistas, investidores e reguladores. Ainda assim, existe demanda por novos estudos para maior compreensão da aplicabilidade dos modelos em diferentes realidades, mesmo pressupondo que deveriam funcionar semelhantemente.

Os modelos baseados lucros também podem ser úteis para avaliação de pequenas e médias empresas (PMEs) e sociedades anônimas fechadas, uma vez o patrimônio líquido e o resultado líquido (lucro ou prejuízo) são facilmente observados no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado.

O Brasil pode proporcionar, após a convergência aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), importantes evidências para a literatura e para reguladores nacionais e de abrangência internacional. Desse modo, aplicar esses modelos em diferentes realidades e períodos podem trazer contribuições sobre ajustes necessários ou que afetam os valores estimados. As mudanças macroeconômicas também podem interferir na estimação do custo de capital, bem como a inflação também discutida por Martins (2000) como fator que pode contribuir para divergir na mensuração do lucro no longo prazo, juntamente com o custo de oportunidade.



Por fim, espera-se que este artigo possa contribuir com a discussão atual sobre aplicabilidade de modelos de avaliação de empresas com base em números contábeis e que estimule a utilização por analistas fundamentalistas, avaliadores, investidores e reguladores.

Referências

ALMEIDA, J. E. F.; BRITO, G. A. S.; BATISTELLA, F. D.; MARTINS, E. ANÁLISE DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO RESIDUAL INCOME VALUATION, ABNORMAL EARNINGS GROWTH E FLUXO DE CAIXA DESCONTADO APLICADOS ÀS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES NO BRASIL. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 16, 2012a.

ALMEIDA, J. E. F.; LIMA, G. A. S. F.; LIMA, I. S.; SECURATO, J. R. Analysis of the Residual Income Valuation and Abnormal Earnings Growth Models: A Practical Approach using Analysts' Forecasts. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 4, n.1, 2012b.

CUPERTINO, C. M.; LUSTOSA, P. R. B. O Modelo Ohlson de avaliação de Empresas: Tutorial para Utilização. Brazilian Business Review, Vol. 1, No. 2, 2004a.

CUPERTINO, C. M.; LUSTOSA, P. R. B. Testabilidade do Modelo Ohlson: Revelações dos Testes Empíricos. Brazilian Business Review. Vol. 1, No. 2, 2004b.

DAMODARAN, A. Avaliação de empresas. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARTINS, E. Contabilidade vs. Fluxo de Caixa. Caderno de Estudos da Fipecafi, v.11, n.20, 1999.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. Caderno de Estudos, n. 24, Dec. 2000.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de Empresas: Da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.

OHLSON, J. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. Contemporary Accounting Research, v. 12, 1995.

OHLSON, J. A.; LOPES, A. B. Avaliação de empresa com base em números contábeis. Brazilian Business Review, v. 4, n. 2, 2007.

PENMAN, S.; SOUGIANNIS, T. A comparison of dividends, cash flow, and earnings approaches to equity valuation. Contemporary Accounting Research 15, 1998.

PENMAN, S. 2005. Discussion of 'On Accounting-Based Valuation Formulae' and 'Expected EPS and EPS Growth as Determinants of Value'. Review of Accounting Studies 10, 2005.



José Elias Feres de Almeida é doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Foi visiting professor na Universität Hohenheim (Alemanha). É professor dos mestrados em Ciências Contábeis e Gestão Pública da UFES e Doutorado em Ciências Contábeis da UFRJ. Possui certificação ICVS (International Certified Valuation Specialist). Participou dos Grupos de treinamento em IFRS para PMEs e do GLENIF. É membro do conselho editorial da Revista Brasileira de Contabilidade do CFC e coeditor do periódico Advances in Scientific and Applied Accounting (ASAA). É autor de artigos publicados nacional e internacionalmente e coordenador e autor dos livros Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas e Fundamentos de Contabilidade para os Negócios publicados pela Campus/Elsevier.

Desafios para o Reconhecimento dos Intangíveis na Contabilidade

Por Eduardo José Zanoteli

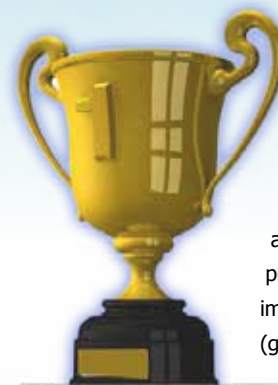
Há pouco tempo no Brasil os intangíveis ganharam um lugar de destaque nas Demonstrações Contábeis e passaram a ser mais debatidos fora do mundo acadêmico. Essa "inovação" foi trazida a reboque da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e foi introduzida na Lei Societária, com algum atraso, por meio da Lei nº 11.941/2009, quando essa determinou que o Ativo não Circulante fosse "composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível" (grifo nosso). Antes disso, no Brasil, os intangíveis eram reconhecidos em

alguns casos como "ativo" (no Imobilizado, e. g., softwares e marcas e patentes, ou no confuso e extinto Diferido, e. g., pesquisas e desenvolvimento), e, na grande maioria das vezes, como "despesa", integrando o resultado do exercício no qual os gastos fossem realizados.

Nas novas normas, um intangível pode se caracterizar tanto como ativo quanto passivo, dependendo se os benefícios econômicos futuros vão fluir "para" ou "da" empresa, sendo que alguns intangíveis recebem tratamento particular e são tratados em pronunciamentos específicos como é o caso dos instrumentos financeiros, do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), das subvenções governamentais, dos passivos, dentre outros. Para aqueles ativos intangíveis que não recebam tratamento particular

de um pronunciamento ou outro, como é o caso das marcas, patentes, capital intelectual, pesquisa e desenvolvimento, alianças estratégicas, força de trabalho, direitos autorais, cultura organizacional, franquias, dentre outros, deve ser observado então o que determina o CPC 04 (R1), pronunciado dedicado aos Ativos Intangíveis.

Embora o novo normativo contábil tenha ampliado o espaço para o reconhecimento dos intangíveis como "ativo", e tenha acabado com a sua incorreta classificação como Imobilizado ou Diferido, ainda hoje, a grande maioria dos intangíveis continua sendo reconhecida como "despesa", informação que se perde na Demonstração de Resultados em meio a outras despesas gerais



e administrativas. Diante disso, o objetivo desse ensaio é provocar uma reflexão sobre os motivadores desse não reconhecimento dos intangíveis como ativo, bem como destacar alguns dos desafios que se colocam à frente para que um dia esses ativos sejam devidamente reconhecidos como tal nas Demonstrações Contábeis.

A incerteza é seguramente um dos principais motivadores do excesso de conservadorismo presente nas normas contábeis relacionadas aos intangíveis. Mas qual a sua origem e quais são suas implicações? Para entender a origem da incerteza quanto aos intangíveis é necessário primeiro conceituá-los, entender um pouco da sua natureza. De forma didática pode-se pensar nos intangíveis como não tangíveis, ou seja, algo que não tenha substância física, nem possa ser sentido ou tocado, como

por exemplo; a música, a energia elétrica, os softwares, o capital intelectual, a cultura organizacional, dentre outros.

Observe, entretanto, que mesmo intocáveis a grande maioria dos intangíveis pode ser percebido e identificado. A música não pode ser vista, nem pode ser tocada pelo tato, mas pode se ouvida, pode ser percebida pela mente, pode até despertar lembranças, sentimentos e emoções. Um software que simule uma guerra contra um inimigo feroz e cruel, também pode gerar sentimentos e emoções como a alegria por derrotar tamanho rival ou a fúria pelas batalhas perdidas, até a consagração da vitória no fim da guerra. Inúmeros são os exemplos que podem ser listados, mas o importante aqui é entender que a natureza intocável dos intangíveis não significa imperceptível, irreconhecível, inseparável, imensurável.

Outro aspecto fundamental que deve ser destacado é que existe uma grande interação entre ativos intangíveis e tangíveis, pois ambos dependem um do outro. Se assim não o fosse como poderíamos ouvir e nos emocionar com uma bela música, observe: para que a música, que é intangível, possa ser ouvida são necessários instrumentos musicais, como o violão, a guitarra, a bateria, imagine uma orquestra, às vezes precisa-se apenas de um aparelho de som ou de um celular para reproduzir uma música, os quais são todos tangíveis. Como o celular, que é tangível, poderia reproduzir

uma bela canção sem um software, que é intangível?

É dessa interação intangível-tangível que surgem as relações econômicas, às vezes complexas, que vão, em última instância, determinar o valor dos intangíveis e também dos tangíveis. Mas, quais são as receitas que poderão ser geradas por esses ativos? Quais são os componentes de custos e despesas associados a esse fluxo de receita? A partir de qual momento esse fluxo de caixa será gerado e por quanto tempo? Qual a margem de lucro que se pode esperar? Note que as questões ora colocadas estão permeadas de incerteza, aquela dúvida sobre o que esperar de receitas e despesas, de taxas de crescimento de vendas, de margens de lucros, de ciclo de vida, de reação do mercado, e como associá-los à interação intangível-tangível.

Essa não é, muitas vezes, uma tarefa simples, e a incerteza sempre traz consigo outra variável importantíssima na avaliação de qualquer ativo, em especial dos intangíveis: o risco. Como medi-lo? Como associá-lo aos fluxos de caixa futuros? Qual modelo de mensuração utilizar? Diante da incerteza e do risco, nos deparamos com um aspecto de grande impacto para os contadores: a subjetividade, talvez o maior motivador do conservadorismo presente nas normas contábeis, já que a objetividade sempre foi ponto pacífico, quase de honra, tanto para a profissão contábil quanto para os

“ É dessa interação intangível-tangível que surgem as relações econômicas. ”

Princípios Contábeis Geralmente Aceitos. A objetividade está associada àquela sensação de segurança, de neutralidade, de imparcialidade diante dos fatos, tão almejada nos meios acadêmicos, e também preconizada pelo Regulamento do Imposto de Renda, haja vista a possibilidade de verificação.

A questão é que a realidade social do Século XXI, muito diferente da do Século XVIII, época da Revolução Industrial, de uma economia baseada nos bens tangíveis, mercadorias e produtos (Velha Economia), nos coloca agora diante de empresas cujas relações comerciais estão fortemente alicerçadas sobre os serviços (Nova Economia), intangíveis por excelência, àqueles ilustrados acima que tem o seu valor associado a relações simples e complexas entre intangíveis e tangíveis, as quais nos colocam a todo momento diante do desafio do julgamento e da subjetividade.

Isso já foi entendido em grande parte pelos órgãos reguladores, o que pode ser observado na Estrutura Conceitual sobre a qual se encontram alicerçados os seus pronunciamentos e orientações. Nesses podem ser identificadas diversas possibilidades de escolha, de discricionariedade, que estão repletos de julgamento e subjetividade, mas a grande questão não é o julgamento ou a subjetividade em si, mas sim, como os administradores e os profissionais da contabilidade os exercem. Estão fazendo isso de forma responsável, a demonstrar a essência econômica de suas transações, pautados em elevados princípios éticos e morais, suportados por boas práticas de governança corporativa e controles internos consistentes, ou estão fazendo isso a partir de interesses próprios, manipulando resultados e distorcendo a realidade econômica das companhias?

Lidar com julgamento e subjetividade exige uma ilibada conduta ética e moral associada a uma formação profissional de alto nível, que nos coloca diante do desafio de fundamentar adequadamente as escolhas realizadas, permitindo assim uma verificação dos seus motivadores. Diante da subjetividade que permeia a grande maioria dos modelos existentes para a avaliação dos intangíveis, não há um consenso sobre os melhores modelos de avaliação, o que impediu até hoje o surgimento de um modelo que fosse amplamente aceito para a avaliação dos intangíveis, logo, contribuindo para o seu não reconhecimento como ativo, já que na perspectiva contábil os modelos existentes não são suficientemente confiáveis para a sua mensuração.

Se na perspectiva contábil tais métodos não são suficientemente confiáveis, no mercado financeiro e de capitais eles são amplamente utilizados em transações

de compra e venda de intangíveis específicos, tais como marcas, softwares, direitos autorais, carteiras de clientes, dentre outros, e, em especial, nos processos de fusões e aquisições. Na literatura eles costumam ser agrupados em três grandes grupos, quais sejam: Abordagem de mercado, Abordagem de custo e Abordagem de lucro. Os métodos da Abordagem de Mercado se baseiam na forma como ativos similares são adequadamente valorizados pelo mercado, e tem nos múltiplos, indicadores que permitem uma comparação entre ativos de mesma natureza ou semelhantes, seu principal instrumento de avaliação. Como exemplos podem ser citados os múltiplos de lucros, de valor contábil, de receita, de patrimônio líquido e os setoriais.

Os métodos da Abordagem de Custos estão relacionados aos valores registrados nos livros contábeis e são os menos utilizados

QUADRO 1 – Ativos intangíveis e métodos de avaliação

Categoria	Definição	Método de avaliação
Ativos intangíveis independentes e geradores de fluxo de caixa	São os mais simples de avaliar, pois geram fluxos de caixa sozinhos e podem ser identificados. São exemplos, as marcas registradas, direitos autorais, licenciamentos e franquias.	O método de fluxo de caixa descontado é o mais recomendado para a sua avaliação.
Ativos intangíveis geradores de fluxo de caixa para toda a empresa	Tendem a ser difíceis de isolar e avaliar, pois não geram fluxo de caixa por conta própria, mas permitem que uma empresa cobre preços mais altos por seus produtos e gere mais em fluxos de caixa. São exemplos, a marca, o capital intelectual e o goodwill.	Os métodos mais recomendados de avaliação são o fluxo de caixa descontado e a avaliação por múltiplos.
Ativos intangíveis com potencial para fluxos de caixa futuros	São os mais difíceis de avaliar, pois não geram caixa agora, mas podem gerar no futuro. São exemplos, patentes não desenvolvidas, reservas de recursos naturais.	Por terem características de “opções”, os modelos de avaliação de opções reais são os mais indicados para a sua avaliação.

Fonte: Damodaran (2007)

pelo mercado. Dentre eles, os métodos de maior potencial para a avaliação de ativos intangíveis são o Custo de reposição e o Custo de duplicação, que costumam ser utilizados em casos especiais, geralmente quando um método das Abordagens de Lucro ou de Mercado não pode ser aplicado. Os métodos da Abordagem de Lucro levam em consideração o fluxo de caixa esperado do ativo, seu crescimento e suas características de risco; e são os preferidos pelo mercado. Têm no Fluxo de Caixa Descontado o seu principal método, o qual constitui a base de outros métodos, como por exemplo, o MEEM (Multi-period Excess Earnings Method) e o RFRM (Relief-from-Royalties Method), ambos muito utilizados na avaliação de ativos intangíveis como marcas e patentes, dentre outros.

Damodaran (2007) agrupa os intangíveis em três categorias e apresenta os métodos de avaliação mais indicados para cada categoria, os quais podem ser observados no Quadro 1. Note que nos casos mais difíceis de serem

avaliados, aqueles sujeitos a altos graus de incerteza, os métodos indicados são os sofisticados modelos de precificação de opções, ainda pouco utilizados pelo mercado, embora amplamente discutidos nos meios acadêmicos.

Como demonstrado ao longo deste ensaio mesmo diante de tantas alternativas para a avaliação dos ativos intangíveis, as normas contábeis ainda não os reconhecem como suficientemente confiáveis para a mensuração contábil, seja pela incerteza inerente à geração dos fluxos de caixa futuro, seja pela não caracterização da propriedade sobre esses fluxos de caixa no momento da avaliação ou da geração interna desses ativos, seja pelo julgamento e a subjetividade que permeiam a aplicação dos métodos citados.

Enfim, o paradigma contábil forjado na Velha Economia precisa ser revisto para lidar melhor com as empresas da Nova Economia, onde os intangíveis são a principal fonte de riqueza (Lev, 2001). É necessário, portanto, rever as bases filosóficas que trouxeram a ciência contábil até os dias de hoje, pois nelas estão alicerçadas a nossa Teoria Contábil, que por sua vez constitui a base das Estruturas Conceituais presentes

“ Ativos intangíveis geradores de fluxo de caixa para toda a empresa tendem a ser difíceis de isolar e avaliar ”

nas normas contábeis vigentes. É necessário se desprender de alguns pré-conceitos, e. g., a objetividade e o custo histórico como principal referência de valor. É preciso reconhecer que a sociedade moderna, impõe uma nova visão da realidade econômica das empresas. É preciso se preocupar menos com a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social e se preocupar mais em bem informar os participantes do mercado, em contribuir para redução da assimetria informacional e dos custos de agência, pois só assim a contabilidade no Brasil vai conquistar o lugar de destaque que sempre mereceu.

REFERÊNCIAS

CARDAO-PITO, Tiago. Intangible flow theory. *American Journal of Economics and Sociology*. Vol. 71, Nr. 2, p. 328-353, 2012.

CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, Vol. LXI, N. 4, Oct 1986.

COHEN, J. A. *Intangible Assets: valuation and economic benefit*. New Jersey: Wiley, 2005.

DAMODARAN, A. *Avaliação de empresas*. 2ª ed. Trad. Marcelo Arantes Alvim e Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson, 2007. (Tradução de: Damodaran on valuation: security analysis for investment and corporate finance. 2 ed., 2007).

DEEGAN, C.; UNERMAN, J. *Financial Accounting Theory*. Second European Edition. Berkshire, UK: McGraw-Hill Education, 2011.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. *Accounting theory and practice*. 7ed. Harlow, England: Prentice Hall, 2001.

HAND, J. R. M.; LEV, B. *Intangible assets: values, measures, and risks*. New York, NY: Oxford University Press, 2003.

HENDRIKSEN, E. S. *Accounting theory*. 4th ed. Illinois: Irwin, 1982.

IACVA. *Introduction to intangibles*. 2nd Ed. Toronto: International Association of Consultants, Valuators and Analysts, 2011.

KOTHARI, S. P. *Capital Markets Research in Accounting*. *Journal of Accounting and Economics*. v. 31, p. 105-231, 2001.

KOTHARI, S. P.; ZIMMERMAN, J. *Price and return models*. *Journal of Accounting and Economics*. v. 20, p. 155-192, 1995.

LEV, B. *Intangibles: management, measurement and reporting*. New York, NY: Brookings Institute Press, 2001.

MACINTOSH, N. B. *Accounting, accountants and accountability: poststructuralist positions*. London: Routledge, 2002.

PALEPU, K. G.; HEALY, P. M. *Business analysis & valuation: using financial statements*. 4th ed., South-Western, Cengage Learning, 2008.

REILLY, R. F.; SCHWEIHS, R. P. *Valuing intangible assets*. New York, NY: McGraw-Hill, 1998.

SCOTT, W. R. *Financial Accounting Theory*. 6th ed. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2012.

Em verdade, todos os passivos são intangíveis e a grande maioria é reconhecida nas Demonstrações Contábeis. Todavia, passivos ambientais ainda constituem um



“ Hendriksen (1982) destaca que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade ”

grande desafio de mensuração para a Contabilidade, a exemplo de tantos ativos intangíveis, como as marcas, o capital intelectual, dentre outros.

Hendriksen (1982) destaca que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, principalmente por causa do elevado grau de incerteza a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

A literatura sustenta que existe um gradiente entre os intangíveis que vai dos menos intangíveis (aqueles que têm características muito próximas dos tangíveis) até aqueles completamente intangíveis, muito mais difíceis de serem identificados e avaliados separadamente (CARDAO-PITO, 2012).

Como exemplo veja Cohen (2005) e IACVA (2011).



Eduardo José Zanoteli é doutorando em Administração com ênfase em Finanças pelo CEPEAD/UFGM (2011); mestre em Administração com área de concentração em Contabilidade e Finanças pelo CEPEAD/UFGM (2001); especialista em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas/RJ (1996); graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha (1992). Atualmente é professor assistente do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem ampla experiência na área de ciências contábeis, pesquisando e atuando principalmente nos seguintes temas: valuation, contabilidade internacional, auditoria, planejamento tributário, controle interno, suporte à decisão e sistemas de informações contábeis.

Ética na Perícia Judicial

Por Marco Antônio Amaral Pires

Os profissionais contadores a serviço da Justiça, na função de peritos do juízo, podem ser submetidos às sanções cíveis, criminais e administrativas e sua consciência - que exige uma conduta ética que traduza em um trabalho imparcial e reflexo dos elementos analisados. Embora não lhe seja exigido uma certificação de conhecimento específico para o cumprimento da função pericial, necessita compreender a relação entre a doutrina jurídica e a doutrina contábil nos aspectos que disciplinam sua presença no procedimento processual.

O perito deve ter conhecimento técnico e científico diferenciado do saber dos juízes, não fazendo julgamento, mas explicitando a realidade, muitas vezes obscura, das partes conflituosas. Segundo, Zanna (2005), é necessário e prudente que o perito além de ter o conhecimento diferenciado possua forte disposição para continuar estudando e se atualizando.

Em termos legais, o artigo 422 do Código de Processo Civil apresenta a forma de conduta e atuação do especialista. No entanto, o determinado é muito amplo, já que a expressão "... escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido ..." remete

para o âmbito da subjetividade, posto que escrupuloso remete para conceitos: "cuidadoso, zeloso, rigoroso e meticoloso", de um profissional.

Art. 422. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos à impedimento ou suspeição

Chioyenda, apud Palma (1996) relata a necessidade de o profissional ter que possuir conhecimentos teóricos ou aptidões em domínios especiais, tais que não devem estar ao alcance, ou no mesmo grau, de qualquer pessoa. Quanto mais técnica é a questão submetida ao juiz, tanto maior é a utilidade da perícia. Desta forma, a responsabilidade que apresenta a opinião do perito é algo que não só se limita à qualidade do trabalho, mas vai além, nas palavras de Sá (2011). Neste sentido, temos que os deveres do perito exigem um comportamento ilibado e exemplar, demonstrando

lealdade ao magistrado, exercendo-a com franqueza, sinceridade e honestidade.

Dispõe o art. 145 do Código de Processo Civil, relativo ao trabalho do perito perante o juízo:

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no artigo 421.

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, Seção VII, deste Código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

Ética

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

(...) **Art. 421.** O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º Incumbe às partes, dentro de cinco dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- I – indicar o assistente técnico;
- II – apresentar quesitos.

A obrigação de ser um profissional graduado para o desenvolvimento do trabalho pericial contábil já demonstra o grau de rigor científico que a peça deva ser produzida. A Resolução 1.244 do Conselho Federal de Contabilidade - NBC PP 01 – Norma Profissional Do

Perito – dispõe em seu item 2 a obrigação estampada no citado código: 2. Perito é o contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.

A jurisprudência dos Tribunais reforça esta condição. Podem ser citados: REsp. 115.566/ES 1996/0076697-5 da 2ª Turma do STF em de 15-09-1997; AI 6641614 junto à 17ª Câmara Cível do TJPR de 07-04-2010; Agravo de Instrumento processo 2.0000.00.325525-4/000, julgado pela 4ª Câmara TAMG em 09-05-2001; e, Agravo de Instrumento processo 2.0000.00.450430-1/000 da 3ª Câmara TAMG em 11.08.2004.

Hoog (2007) afirma que se aplica ao perito e ao assistente técnico o disposto no artigo 147 do Código de Processo Civil quanto a informações inverídicas. A pena é de reclusão de 1 a 3 anos, podendo aumentar em razão da gravidade, conforme dispõe o art. 342 e o § 1º do Código Penal, por afirmação falsa, por calar a verdade ou, simplesmente, quando a sua atitude não seja isenta ou equilibrada. Ocorre que em virtude da confiança que emerge do magistrado ao perito nomeado, é imputado a ele um caráter mais grave por indução ao erro da verdade. Para o assistente técnico, vale a indução quando exprime uma opinião falsa sobre os fatos. Não se pode olvidar da questão da convivência, que amplia a pena.

No caso de uma ação cível, poderá a parte que se sentiu prejudicada, propor uma ação de reparação de perdas.

Os conselhos regionais de contabilidade têm como obrigação assegurar que a contabilidade, em todos os seus campos

de atuação, seja exercida por aqueles que estejam no pleno gozo de seus direitos, sejam contadores ou técnicos em contabilidade. Esta forma de atuar encontra na fiscalização o seu máximo poder de interagir com a sociedade já que compete a este órgão a declaração de regularidade profissional daquele que assina o aludido documento contábil.

Por isso, a sanção administrativa pode ocorrer de uma mera censura, passando pela possibilidade de ficar inabilitado para o exercício da contabilidade por um determinado tempo ou mesmo o impedimento em caráter permanente.

Entretanto, estas disposições legais refletem a conduta ética que deve pautar o verdadeiro perito.

Etimologicamente, o vocábulo ética deriva do grego ethikós, chegando à língua portuguesa por intermédio do latim ethica, para significar o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana. Guerreiro (1995, p. 25) afirma que é uma disciplina filosófica cujo objeto de investigação é a procura de princípios regulativos do ponto de vista do bem e do mal envolvidos com valores éticos de determinada sociedade ou de modo absoluto.

A manifestação da consciência moral apresenta-se, principalmente, na capacidade de resolução baseada no julgamento, diante de várias alternativas.

Deste modo, o sujeito moral deve preencher os seguintes requisitos:

- a reflexão e o reconhecimento, em igualdade de condições, da existência de si e dos outros;
- o controle das tendências e impulsos, permitindo a capacidade para deliberar e decidir; e
- a responsabilidade pela autoria da ação, seus efeitos e consequências.

Aplicando-se o conteúdo acima exposto, podemos buscar a conceituação de ética profissional. Andrade Filho (2005) expõe que ética profissional é a parte da ética que ensina o homem a agir em sua profissão, tendo em vista os princípios da moral. Ela é a aplicação geral no campo das atividades profissionais. Ao perito cumpre conhecer a ética, nela acreditar e viver eticamente tanto na vida privada como na vida pública;

manter-se sempre em dia com as realidades do mundo de hoje; atuar de forma a cumprir seus deveres e direitos; e assumir o compromisso do crescimento ético e da retidão de consciência.

Afirma Sá (2009) que quando a consciência profissional se estrutura no triângulo

formado pelo amor à profissão, pelo amor à classe e pelo amor à sociedade nada há a temer quanto ao sucesso da conduta humana. O dever passa a ser uma simples decorrência das convicções plantadas nas áreas recônditas do ser, ali depositadas pelas formações educacionais básicas.

Neste contexto, a citação do Código de Ética Profissional do Contador evidencia a importância para a conduta humana do perito.

Extraí-se de nosso código de ética, disciplinado pela Resolução 803/96 (Inclui as alterações e inserções da Resolução 1.307, de 09.12.2010 do CFC) alguns tópicos voltados para a devida reflexão:

Art. 1º. Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe.

Art. 2º. São deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades

competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.

Art. 3º. No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:

II – assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;

IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio a sua orientação, supervisão e fiscalização;

X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XX – executar trabalhos técnicos contábeis sem observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

XXIV – Exercer a profissão demonstrando comprovada incapacidade técnica.

Art. 7º. O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Parágrafo único. O Contabilista poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro contabilista, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.

Art. 8º. É vedado ao Profissional da Contabilidade oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal.

Duas formas de excelências de que nos fala Aristóteles – excelência moral (honestidade, moderação, equidade etc.) e excelência intelectual (inteligência, conhecimento, discernimento etc.) – propiciarão a manifestação consciente do agente (o perito) na realidade (o conflito), de forma equilibrada. Este último termo é empregado no sentido de ser o equilíbrio, o distanciamento perfeito que o laudo pericial deve apresentar, de modo a servir com perfeição a sua própria finalidade.

Em adaptação filosófica doutrinária, adiantar que não é lícito o agente ativo da perícia (o perito) deixar de trabalhar para desvincular-se do dever jurídico, adquirindo a firme convicção de que o ganho seja social ou econômico, é consequência do cumprimento fiel do objetivo de seu trabalho, não sendo, portanto, aquele o objetivo em si mesmo. Desta forma, não seria adequado finalizar sem proceder a considerações sobre a virtude, uma vez que a mesma é princípio. Ensina Sá (2009) que “a conduta virtuosa é algo essencial e estriba-se na qualidade do ser em viver a vida de acordo com a natureza da alma, ou seja, na prática do amor, em seu sentido pleno de não produzir malefícios a si e nem a seu semelhante”.

O ente virtuoso promove uma integração da mente e corpo ao espírito, possibilitando que a intuição, de origem transcendental, advinda da plena comunhão com a Lei Universal e manifestada com amor e sabedoria, seja a ação em exercer o

respeito ao ser e a prática do bem. O bem está relacionado com a manifestação do ser em proceder as suas ações, pautando-se na percepção de agir e procurando sempre produzir para o seu semelhante e a sociedade resultados que materializem a vontade divina na relação que está participando, mediante plena sintonia com seu espírito. Sá (2009) afirma que os benefícios ou compensações pela prática da virtude são basicamente morais, de ordem íntima, espiritual, mental e de consciência.

Concluindo, para o perito contador, faz parte da ética:

I. Capacidade profissional: estar preparado para desenvolver tudo aquilo que lhe foi confiado pelo magistrado quando de sua nomeação;

II. Independência: opinar livremente, de maneira objetiva, material e imparcial;

III. Sigilo profissional: guardar segredo sobre tudo o que foi examinado e analisado na escrita contábil das partes envolvidas, passando assim segurança e credibilidade;

IV. Confiança: observar os diversos aspectos do trabalho e comportamento profissional, tais como, qualidade dos trabalhos executados, imparcialidade e, sobretudo, guarda do sigilo profissional.

V. Proibidade: Estar com sua consciência serena e com o sentimento de dever cumprido para com o Juiz na aplicação da Justiça, mediante a manifestação de sua opinião técnica e científica.



Marco Antônio Amaral Pires

é mestre em Contabilidade pela Fundação Visconde do Cairu/Centro Universitário de Ciências Contábeis (UNA); especialista em Contabilidade (PREPES PUC/MG) e em Auditoria (PREPES PUC/MG), professor convidado para ministrar disciplinas sobre Perícia Contábil em nível de pós-graduação e extensão, Contador e Administrador de Empresas pela PUC/MG. Foi presidente da Academia Mineira de Ciências Contábeis no triênio 2008/2011, vice-presidente da ASPEJUDI/MG 2007/2014, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis; membro do Grupo Técnico de Perícias do CRC/MG desde 2006, sendo coordenador no biênio 2011/2013. Perito contador do juízo desde 1990 com mais de novecentos laudos entregues junto à Justiça Comum no Estado de Minas Gerais. Foi perito do juízo nas Varas do Trabalho da Comarca de Belo Horizonte até 1996, com mais de mil processos entregues. Participante como conferencista em diversos congressos e seminários. Instrutor cadastrado no CRC/MG para ministrar cursos de Perícia Contábil desde 2012. Articulista de temas em Contabilidade com mais de cinquenta trabalhos publicados em revistas e congressos nacionais e internacionais.

Referências bibliográficas:

ANDRADE FILHO, Francisco Antônio de. Ética Profissional do Administrador e do Contador. Disponível em: <<http://users.hotlink.com.br/fico/refl0067.htm>>. Acesso em: 17 maio 2004.

BRASIL. Código Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869.htm>. Acesso em: 24.nov.2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resoluções relacionadas à perícia contábil e ética. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 24.nov.2014

HOOG, Wilson Alberto Zappa. Prova pericial contábil. Aspectos práticos & fundamentais. 5 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

PALMA, Marilene Coccoza Moreira. A teoria geral da prova e a prova pericial. 1996, 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. Ética Profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ZANNA, Remo Dalla. Prática de Perícia Contábil. São Paulo: IOB Thomson, 2005.



Entrevista com Ernani Ott

Por Maristela Giroto

Ocupante da cadeira nº 22 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, o professor Ernani Ott é o atual presidente da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont). No dia 23 de outubro, ele participou do evento Quintas do Saber, promovido pela ABRACICON e realizado no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília-DF, ao lado do ministro da Educação, José Henrique Paim.

Na entrevista a seguir, o professor doutor da Unisinos (RS) conta como foi a apresentação do ministro da Educação à classe contábil e quais foram as impressões transmitidas por José Henrique Paim diante das reivindicações apresentadas pela ABRACICON entre essas reivindicações, constam a inclusão do curso de Ciências Contábeis no programa do governo federal Ciências Sem Fronteiras e a ampliação do número de cursos de mestrado e de doutorado em Contabilidade.

1) O Sr. participou, como moderador, da palestra proferida pelo ministro da Educação, José Henrique Paim. O Sr. poderia fazer uma síntese do que o ministro abordou durante a palestra?

Ernani Ott – Em um primeiro momento, a professora Maria Beatriz Moreira Luce, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, fez uma explanação detalhada do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década, dando ênfase às 20 metas estabelecidas no documento. Em seguida, o Sr. ministro da Educação, José Henrique Paim, em sua fala, deixou bastante claro o compromisso do Governo e do Ministério para a consecução dessas metas, reiterando que o PNE se constitui em uma 'política de estado de educação para a próxima década', ao mesmo tempo em que destacou importantes avanços alcançados na área da educação do país nos últimos anos. O ministro deteve-se no exame mais detalhado das metas 12, 13 e 14 do PNE, que se referem à educação superior e à formação de mestres e doutores, mencionando que a meta 12 prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18

a 24 anos; a meta 13 prevê a elevação da qualidade da educação superior e a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em exercício na educação superior para 75%, sendo 35%, no mínimo, de doutores; e a meta 14 prevê a elevação gradual do aumento de matrículas na pós-graduação stricto sensu, visando alcançar uma titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

2) Uma das propostas que o CFC e a ABRACICON levaram ao ministro foi a criação de mais cursos de mestrado e de doutorado em Contabilidade no Brasil. Qual foi a posição do ministro e quais são as chances de isso acontecer?

Ernani Ott – O Sr. ministro mostrou-se bastante sensível à proposta, reconhecendo que uma área tão importante para a sociedade brasileira, como a contábil, necessita avançar na criação de cursos de mestrado e de doutorado, visando formar professores cada vez mais qualificados para atuar na docência no ensino superior de Ciências Contábeis, bem como atuar na pesquisa, gerando novos conhecimentos, que poderão contribuir tanto para a atuação dos profissionais como para as entidades de modo geral. José Henrique Paim

destacou que nos últimos anos houve um importante avanço nesse sentido, com a ampliação na oferta de cursos de mestrado e de doutorado na área, porém, com uma forte concentração nas regiões sudeste e sul do Brasil. Ele mencionou que a Capes, órgão do Ministério da Educação que autoriza e faz o acompanhamento dos cursos stricto sensu, tem procurado atender solicitações de ofertas de cursos, tanto de mestrado como de doutorado, sob a forma de Minter e Dinter, visando titular professores nas regiões menos assistidas, como Centro-Oeste e Norte, especialmente. O ministro assinalou que, nos últimos dois anos, foi autorizado o funcionamento de mais cinco doutorados na área, agregando-se aos quatro que já existiam, o que permitirá a formação de mais doutores na área, possibilitando, assim, a criação de mais cursos de mestrado e doutorado. Além disso, o Sr. ministro mostrou-se disposto a dialogar com o CFC, com a ABRACICON e com a Anpcont – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis para, num esforço conjunto, avançar nessas questões.

3) Como presidente da Anpcont, como o Sr. vê esses números de cursos de mestrado (22) e de doutorado (9) em Ciências Contábeis do Brasil?

Ernani Ott – Durante praticamente 20 anos, a área contábil contou somente com dois mestrados e, durante 29 anos, somente com um de doutorado. No período de 2000 a 2005, foram criados cinco novos mestrados e, no período de 2006 a 2014, foram criados doze novos mestrados, chegando-se, atualmente, aos 22 cursos de mestrado. Quanto ao doutorado, após o primeiro, em 1978, na FEA-USP, tivemos um segundo doutorado criado em 2007 (UnB) e mais dois doutorados em 2008 (Furb) e 2009 (Fucape), e a criação de mais cinco doutorados em 2013 e 2014,

totalizando nove doutorados atualmente. Embora os números absolutos, tanto de mestrados como de doutorados ainda sejam bastante modestos, representam o resultado de um grande esforço e comprometimento das Instituições de Ensino Superior (IES) na titulação de docentes da área, para a ampliação da oferta de cursos stricto sensu e, paralelamente, para a criação de periódicos científicos destinados à disseminação dos conhecimentos gerados no seu âmbito. A criação da Anpcont, em janeiro de 2006, ao congregar os então 14 cursos existentes, representou e representa, atualmente,

“ O aluno que participar do programa conta com uma mensalidade de bolsa, auxílio-instalação, auxílio material didático, passagens aéreas e seguro saúde. ”

com seus 22 programas associados, um marco importante nessa trajetória. E na medida em que mais doutores forem sendo titulados nos programas de doutorado, teremos condições de criar novos mestrados e novos doutorados, além de ampliar as ofertas de Minter e Dinter. Para tais ofertas, no entanto, faz-se necessário que os programas tenham, no mínimo, nota 5 na CAPES, o que, nesse momento, ainda se apresenta como uma fragilidade a ser enfrentada pelo coletivo dos programas com integral apoio da Anpcont. A trajetória até aqui empreendida e os movimentos que estão sendo levados a cabo em várias IES, aliados aos apoios do sistema CFC, mostram

que a área contábil caminha com firmeza para a consolidação do stricto sensu.

4) A presidente da ABRACICON, Maria Clara, entregou ao ministro um pedido para que o curso de Ciências Contábeis seja incluído no programa Ciências Sem Fronteiras. Quais benefícios isso traria para a formação dos futuros profissionais contábeis?

Ernani Ott – Sem dúvida, esse programa poderia trazer muitos benefícios para a formação dos nossos futuros profissionais, na medida em que tem como propósitos, entre outros, o investimento na qualificação das pessoas, desenvolvendo competências e habilidades que possam contribuir para o avanço da sociedade do conhecimento e permitir aos estudantes a inserção em instituições de ensino do exterior consideradas de excelência, proporcionando-lhes, além de conhecimentos, a oportunidade de vivenciar outras culturas. As exigências para participar no programa são perfeitamente factíveis, pois preveem que o estudante tenha obtido no mínimo 600 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem; esteja matriculado em instituição de ensino superior no Brasil; apresente bom desempenho acadêmico; e tenha concluído no máximo 90% do currículo do curso de graduação. O aluno que participar do programa conta com uma mensalidade de bolsa, auxílio-instalação, auxílio material didático, passagens aéreas e seguro saúde. Dada a relevância do contador na sociedade, a quantidade de oferta de cursos de graduação na área (1.200 cursos) e a quantidade de alunos matriculados em cursos presenciais de Ciências Contábeis (acima de 300 mil) é de se esperar que o pleito encaminhado ao Sr. ministro encontre guarida, e os estudantes de Ciências Contábeis possam também usufruir dos benefícios proporcionados por esse excelente programa de formação.



PERFIL

Ana Maria Elorrieta

Por Michelly Nunes— CQPress Assessoria em Comunicação

Ana Maria Elorrieta nasceu em Buenos Aires, capital da Argentina, situada na beira do Rio de la Plata. A cidade é conhecida pela intensa atividade comercial e cultural, e possui o mais importante porto do país, por isso os naturais daquela região são chamados de cidadãos "porteños".

Foi na Escuela Superior de Comercio Carlos Pellegrini, vinculada à Universidade de Buenos Aires (UBA), que Ana Maria completou o ensino médio. A graduação ocorreu na Universidade de Buenos Aires (UBA), formando-se em 1973, como Bacharel em Ciências Contábeis.

A jovem Ana Maria estreou sua atividade profissional na PricewaterhouseCoopers (PwC) Argentina, em 1978, quando participou da primeira turma de mulheres auditoras. Logo a carreira evoluiu de forma destacada, abrindo também as portas para a profissão de auditor entre as mulheres contadoras.

Em 1987, assumiu o desafio de trabalhar na PwC Brasil, se instalando em São Paulo, onde mora atualmente. Foi participante e instrutora de inúmeros cursos internos da entidade, bem como de eventos profissionais no Brasil e no exterior. De 1987 a 1990, foi responsável pela área de treinamento interno da PwC, sendo admitida naquela sociedade, em 1995.

Foram quase 35 anos naquela organização, adquirindo ampla e extensa experiência na condução de trabalhos de auditoria de empresas nacionais e internacionais de diversos portes, empresas de capital aberto e empresas privadas, incluindo clientes nos segmentos industriais, construção civil e entretenimento.

Ana Maria também morou em Porto Alegre (RS), de 1991 a 1996. Nesse período, ela revalidou no Brasil o seu diploma na Universidade de São Paulo (USP). Mais tarde, deu início às atividades em entidades da profissão contábil, participando de 1997 a 2002 do Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nessa época, integrou o International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB), da Federação Internacional de Contadores - International Federation of Accountants (IFAC), quando representou o CFC e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Esse último, atuou como presidente da Diretoria Nacional, de 2009 a 2011.

Dentre várias atuações, Elorrieta foi eleita, em 2010, para integrar o Comitê de Nomeação da Federação Internacional de Contadores (IFAC), e nesse contexto,

participou ativamente do processo de adoção das normas internacionais de contabilidade e auditoria, lidando com os assuntos e interagindo exaustivamente com os desafios políticos e práticos que afetaram o mercado e a profissão nessa fase histórica de adoção das normas internacionais no Brasil.

Como reconhecimento pelo seu trabalho, Ana Maria acumula importantes prêmios, como: a medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, outorgada pelo Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, pelos relevantes serviços prestados à classe contábil, em 2004; foi nomeada Contabilista Emérita pelo Sindicato de Contabilistas do Estado de São Paulo, primeira estrangeira e mulher a receber este galardão, em 2012; e em 2013, foi incluída na lista das 50 pessoas mais influentes da profissão contábil a nível internacional, 'Global Accountancy Power 50', promovido pelas publicações especializadas International Accounting Bulletin e The Accountant.

Uma argentina que também tem o Brasil no coração. É com grande prazer que a ABRACICON presta uma singela homenagem a Ana Maria Elorrieta, profissional ímpar que tem trabalhado de forma incansável e sem fronteiras, pela valorização do profissional e da profissão contábil.

O MERCADO MUDA E SUA EQUIPE PRECISA ACOMPANHAR. INVISTA EM ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL.



ÁREAS DISPONÍVEIS:

Contabilidade
NBC, CPC e IFRS

Contabilidade
Pública



Com os **Programas de Atualização a Distância em Contabilidade (PROCONTAB)**, os colaboradores da sua empresa vão fazer a diferença no mercado. Com esta proposta, eles podem estudar sozinhos, nos intervalos do trabalho ou nas horas de folga, contando sempre com conteúdos relevantes, teóricos e práticos, atualizados e elaborados por profissionais brasileiros renomados.

E o melhor, ao final de cada volume, se aprovado, o inscrito recebe um certificado de 30 horas de atualização profissional, outorgado pela **Academia Brasileira de Ciências Contábeis (ABRACICON)**, que valerá pontos para o Programa de Educação Profissional Continuada do CFC. Assim, o inscrito tem a possibilidade de receber até quatro certificados, totalizando, no máximo, 120 horas de atualização profissional.



PRÓXIMO
LANÇAMENTO:
**Auditoria
Independente**

Previsão:
1º semestre de 2015

CAPACITE SUA EQUIPE, SOLICITE UMA PROPOSTA.
www.secad.com.br • comercial@secad.com.br • (51) 3025.2598

Secad

artmed
panamericana
EDITORA



Professor **José Antônio de França** é contador, economista, doutor em Ciências Contábeis, professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB, empresário contábil e presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (ACICONDF).



História do Imposto de Renda no Brasil: Um enfoque da pessoa física (1922-2013)

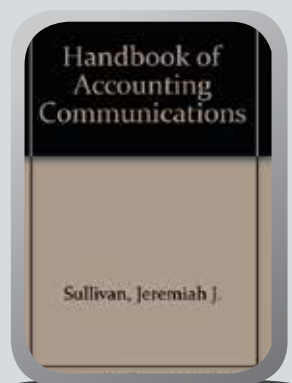
Editora: Receita Federal
Ano: 2014
Autor: Cristóvão Barcelos da Nóbrega

Obra prefaciada pelo Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB) e apresentada pelo subsecretário de Arrecadação e Atendimento

da Receita Federal do Brasil, em 395 páginas distribuídas em 19 capítulos, traz uma rica história da trajetória do imposto de renda das pessoas físicas no Brasil e em outras partes do mundo. A linguagem é apropriada para especialistas, contribuintes e iniciantes nesse campo da tributação, o que faz a obra ser acessível e um relevante veículo na transmissão do conhecimento tributário.

O capítulo 1 mostra tentativas, dificuldades e sucesso na criação do imposto de renda das pessoas físicas na Inglaterra, Itália, França, Alemanha e Estados Unidos. Os capítulos 2 e 3 trazem a trajetória da criação desse imposto no Brasil, com a primeira tentativa ocorrida no império, com Dr. Pedro II (1843), nas tentativas de Visconde de Jequitinhonha (1867), Conselheiro Lafayete (1883), Rui Barbosa (1891), e finalmente, por força da Lei nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922, é instituído de forma permanente o imposto de renda das pessoas físicas no Brasil. A partir desta data história e nos capítulos seguintes a obra apresenta os leitores com uma fantástica evolução histórica desse gênero do tributo no Brasil, como a evolução das tabelas progressivas, dos regulamentos, dos formulários, das dedutibilidades e das isenções, da arrecadação, e da estrutura orgânica, de serviço do imposto de renda até a Receita Federal do Brasil.

A criação do CPF, a instituição Código Tributário Nacional, os estágios da evolução do símbolo do imposto de renda (O Leão), a nominata dos atos legais de 1922 a 2013 referentes ao imposto de renda, o porquê das cores dos formulários, e a evolução tecnológica, do disquete ao acesso pela tecnologia móvel, são imperdíveis para quem queira efetivamente conhecer a história e a importância desse tributo que afeta a vida de todos os contribuintes brasileiros. No momento da preparação desta coluna a obra encontrava-se disponível das bibliotecas da RFB, da UnB, do CFC e do CRCDF.



Handbook of Accounting Communications

Editora: Addison-Wesley
Ano: 1983
Autor: Jeremiah J. Sullivan

Obra editada há mais de três décadas, disponível na biblioteca do CFC, distribuída em 19 capítulos com 440 páginas, escrita em inglês. Essa obra trata da comunicação dos contadores, que já era

relevante à época em que foi escrita e continua extremamente necessária no estágio atual da contabilidade e dos negócios no mundo. Logo no capítulo 1 o autor chama à atenção do leitor no sentido de que para se comunicar de forma efetiva e eficiente o contador necessita conhecer algo mais do que contabilidade, que são os objetivos da comunicação, e ter credibilidade com os usuários da informação. O autor descreve a contabilidade em duas dimensões: a primeira dimensão como sendo a recepção e registro dos dados, interpretação e seleção da informação para disponibilizar para os tomadores de decisão; e a segunda como a produção da informação em forma de mensagem para enviar para os usuários.

O papel da credibilidade profissional para acreditação da comunicação contábil é um dos destaques em toda a obra e neste contexto o autor enfatiza que o sucesso de uma firma de contabilidade está sustentado na expertise, no comprometimento e no comportamento do seu pessoal. A comunicação contábil, em todo o contexto da obra, é entendida como a forma de disponibilizar aos usuários a informação por meio de relatórios financeiros, de comunicados e outras formas de mensagem que atendam às necessidades do usuário.

Em vários capítulos do livro são mostrados exemplos e estatísticas de comunicação apropriada à especialização dos contadores públicos certificados e outras que se aplicam a especializações diversas, como contabilidade financeira e gerencial. Em resumo a obra chama à atenção dos contadores para uma comunicação efetiva e eficiente naquilo que os contadores produzem, que é a informação contábil, que deve ser livre de erro e de qualquer interesse que a torne viesada. A justificativa de sugerir a obra é porque, ainda que tenha sido escrita há três décadas, sua mensagem é atual diante dos desafios do entendimento e aplicação do arcabouço contabilístico vigente.



TOTAL Smart
S O L U Ç Õ E S



SOLUÇÕES EM SOFTWARES COMPLETAS, ABRANGENTES E FÁCEIS DE USAR

As **Soluções TotalSmart** da Mastermaq foram pensadas para tornar o trabalho da organização contábil mais simples, eficaz e aproximá-la de seus clientes.

Conheça os benefícios de ser cliente das nossas soluções:

- ↳ **Atendimento à legislação**
- ↳ **Integração com os aspectos da operação e gestão**
- ↳ **Simplifica o contato entre organizações e seus clientes**
- ↳ **Opções diferenciadas de acesso ao suporte**
- ↳ **Rápida implantação e treinamento**

Soluções TotalSmart, tudo que sua empresa precisa para crescer a um preço acessível.

CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES:

0800 941 7500 | www.mastermaq.com.br/totalsmart



Seminário Internacional

LIDERANÇA EM CONTABILIDADE E FINANÇAS



Fortaleça o líder
global que há em
você.

Data: 8 a 14 de março de 2015

Local: Anderson University
- Anderson, South Carolina - USA

OBJETIVO

Proporcionar imersão em contexto internacional. O Seminário contará com palestras e grupos de discussão, instruídos por profissionais acadêmicos. A dinâmica contará com visitas pelos bastidores de grandes empresas como: BMW, Coca-Cola, Escritório CPA, Walgreens, EISE, Synnex e Michelin.

CRONOGRAMA

18/3 - Apresentação em Atlanta (manhã) - Início da Programação

8/3 a 14/3 - Palestras e atividades intercaladas com visitas às empresas

Temas: Palestra do FBI (Prevenção criminal), Líder Servidor & Desenvolvimento Moral, Tendências na Contabilidade, Contabilidade na Perspectiva Americana.

14/3 - Retorno ao Brasil

Para mais informações e inscrições, acesse os sites: <http://www.andersonuniversity.edu/brasil>
◦ <http://www.abracicon.org.br>



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



ANDERSON
UNIVERSITY